



Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
Relatório do Auditor Independente acompanhado
das Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório do Auditor independente	3
Demonstrações Contábeis	6
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016	11

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150
www.granthornton.com.br

Aos Administradores e Conselheiros do
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucro.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.13, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação



das Demonstrações Contábeis. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 6.13 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2017.



Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RJ

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> <u>(Reapresentado)</u>
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.532	1.425
Recursos vinculados a projetos	8	308.432	238.338
Recursos vinculados a Agência GEF - Projetos	8 e 13	563	-
Recursos vinculados a Agência GEF - FUNBIO	8 e 13	1.663	-
Adiantamento de projetos - Agência GEF	13	400	-
Valores em trânsito	8	524	3.688
Outros		749	252
Total do ativo circulante		<u>314.863</u>	<u>243.703</u>
Ativo não circulante			
Recursos vinculados a projetos	8	397.408	287.143
Recursos vinculados ao FRF - Fundo de Recursos - FUNBIO	14	20.585	17.245
Imobilizado	9	766	755
Total do ativo não circulante		<u>418.759</u>	<u>305.143</u>
Total do ativo		<u><u>733.622</u></u>	<u><u>548.846</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante			(Reapresentado)
Fornecedores	10	363	85
Salários e encargos a pagar	11	1.999	1.710
Impostos e taxas		148	161
Recursos de terceiros vinculados a projetos	12	308.309	241.590
Agência GEF Projetos	13	963	-
Agência GEF FUNBIO	13	1.663	-
Outras contas a pagar		128	117
Total do passivo circulante		<u>313.573</u>	<u>243.663</u>
Passivo não circulante			
Recursos de terceiros vinculados a projetos	12	397.408	287.143
Total do passivo não circulante		<u>397.408</u>	<u>287.143</u>
Patrimônio líquido			
Fundo de Recursos FUNBIO	14	20.585	17.245
Superavits acumulados		2.056	795
Total do patrimônio líquido		<u>22.641</u>	<u>18.040</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>733.622</u></u>	<u><u>548.846</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
Receitas operacionais			
Agência GEF	13	88	-
Reembolso de projetos	15	15.593	12.728
Recuperação de custos	16	274	1.148
Serviços prestados	17	112	123
Total de receitas		<u>16.067</u>	<u>13.999</u>
Despesas operacionais			
Salários e encargos		(11.342)	(9.873)
Serviços de terceiros		(1.237)	(961)
Locação e manutenção		(674)	(706)
Despesas de viagens		(121)	(108)
Despesas gerais		(713)	(604)
Total das despesas		<u>(14.087)</u>	<u>(12.252)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>1.980</u>	<u>1.747</u>
Resultado financeiro	18		
Despesas financeiras		(121)	(13)
Receitas financeiras		2.586	1.688
		<u>2.465</u>	<u>1.675</u>
Resultado operacional		<u>4.445</u>	<u>3.422</u>
Resultado de projetos			
Prestação de contas aprovadas	12	81.051	58.266
Desembolso para parceiros	12	(12.463)	(10.213)
Recursos executados	12	(68.902)	(48.670)
Prestação de contas em andamento	12	313	617
		<u>-</u>	<u>-</u>
Outros resultados operacionais			
Baixa de imobilizado		(11)	-
		<u>(11)</u>	<u>-</u>
Superavit do exercício		<u>4.434</u>	<u>3.422</u>

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Fundo de Recursos FUNBIO</u>	<u>Superavit / (deficit) acumulados</u>	<u>Superavit do exercício</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro 2014 (Reapresentado)		15.033	(165)	-	14.868
Superavit do exercício		-	-	3.422	3.422
Ajustes do exercício anterior	19	-	(250)	-	(250)
Destinação de superavit do exercício	14	2.212	-	(2.212)	-
Transferência para superavit/(deficit) acumulado		-	1.210	(1.210)	-
Saldos em 31 de dezembro 2015 (Reapresentado)		----- 17.245	----- 795	----- -	----- 18.040
Superavit do exercício		-	-	4.434	4.434
Ajustes do exercício anterior	19	-	167	-	167
Destinação de superavit do exercício	14	3.340	-	(3.340)	-
Transferência para superavit/(deficit) acumulado		-	1.094	(1.094)	-
Saldos em 31 de dezembro 2016		----- <u>20.585</u>	----- <u>2.056</u>	----- <u>-</u>	----- <u>22.641</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit / (deficit) do exercício	4.434	3.422
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social ao caixa e equivalentes de caixa proveniente das/ (aplicados nas) atividades operacionais		
Resultado na alienação de ativos	(11)	(2)
Depreciação e amortização do exercício	72	171
	<u>4.495</u>	<u>3.591</u>
Mudanças no ativo e passivo		
Outras contas a receber	(495)	138
Agência GEF - Adiantamento de projetos	400	-
Fornecedores	(278)	3
Salários e obrigações trabalhistas	(289)	(6)
Impostos e taxas	13	(18)
Outras contas a pagar	(11)	(1.168)
Agência GEF Projetos	563	-
Caixa líquido proveniente das/ (aplicado nas) atividades operacionais	<u>4.398</u>	<u>2.540</u>
Das atividades de investimento		
Aquisição / (baixas) de ativo imobilizado	(83)	(260)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(83)</u>	<u>(260)</u>
Das atividades de financiamento		
Recebimento de recursos vinculados a projetos	177.699	23.270
Rendimentos sobre recursos vinculados a projetos	(21.482)	42.421
Variações cambiais sobre recursos vinculados a projetos	(22.085)	42.628
Gestão financeira sobre recursos vinculados a projetos	(4.903)	(4.451)
Custos vinculados a projetos	47.755	(21.213)
Aumento dos recursos vinculados aos projetos	(180.359)	(84.769)
Aumento/(redução) do patrimônio social	167	(250)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(3.208)</u>	<u>(2.364)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.107</u>	<u>(84)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.425	1.509
No final do exercício	2.532	1.425
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.107</u>	<u>(84)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (“Funbio”), é uma associação civil privada sem fins lucrativos, em operação desde 1996. É um mecanismo financeiro inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Atua como parceiro estratégico dos setores público e empresarial e da sociedade civil, em iniciativas que consolidam políticas de conservação, viabilizam programas de financiamento ambiental e também investimentos socioambientais de empresa, redução e mitigação de seus impactos, e no cumprimento de suas obrigações legais.

Em quase 20 anos, o Funbio já administrou US\$ 579,3 milhões, apoiou 235 projetos em 7 biomas, 170 instituições e 292 áreas protegidas. A instituição integra a Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe, com 38 organizações de 31 países, que, desde 1999, já administraram mais de US\$ 2 bilhões em fundos patrimoniais e extinguíveis.

O Funbio é também a primeira agência implementadora nacional do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), um dos mais importantes financiadores de projetos ambientais do mundo.

O Funbio está estruturado em três grandes áreas:

- Doações Nacionais e Internacionais – projetos financiados por recursos com origem em doações privadas e de acordos bi e multilaterais.
- Obrigações Legais – projetos financiados com origem em obrigações legais como compensações ambientais.
- Projetos Especiais – trabalha no diagnóstico do ambiente financeiro e no desenho de mecanismos e ferramentas que viabilizam o acesso a novas fontes.

A frente da governança do Funbio está o Conselho Deliberativo (CD), que reúne 16 membros dos setores acadêmico, ambiental, empresarial, e é responsável pela definição da estratégia e pela direção geral da organização. Reúne-se três vezes ao ano e avalia rumos estratégicos e gestão institucional: estabelece uma política geral, define metas e prioridades, transformadas em ações pela sua Secretaria Executiva. O CD aprova planos operacionais anuais, políticas de investimento e projetos desenvolvidos. Os Conselheiros participam de modo voluntário, aportando suas experiências e conhecimento. O Conselho Deliberativo organiza-se em Comissões que tratam de

questões específicas, como as comissões Executivas, Técnicas de Projetos, de Finanças e Auditoria e de Gestão de Ativos. Já o Conselho Consultivo (CC) é integrado por 34 ex-conselheiros e lideranças convidadas e atua no aconselhamento técnico.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo da Entidade em 27 de abril de 2017.

3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do ativo imobilizado e ativo intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

6. Principais práticas contábeis

6.1 Conversão de moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

6.2 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor; para fins de demonstração dos fluxos de caixa inclui os saldos em contas garantidas, quando utilizadas.

As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e variações cambiais até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando este for menor.

6.3 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumulada (*impairment*), quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens incluindo os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos ativos imobilizados é registrada durante sua vida útil, pelo período abaixo:

	Anos
Benfeitorias em bens de terceiros	3 a 25
Equipamentos de Informática	5
Moveis e utensílios	10
Maquinas e equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos gerarão receitas, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas.

6.4 Redução ao valor recuperável dos ativos

Os ativos são revisados para a verificação de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser totalmente recuperável. O valor contábil de um ativo é reduzido para seu valor recuperável estimado se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

6.5 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades e gestão de projetos, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

6.7 Recursos de terceiros vinculados a projetos

Os depósitos recebidos em contas do FUNBIO destinados à execução de projetos e firmados em instrumentos contratuais são reconhecidos como obrigação da Entidade perante os doadores e/ou parceiros. À medida da execução dos projetos, essas obrigações são reconhecidas em contrapartida com a conta "Prestação de contas aprovadas" no resultado do exercício.

6.8 Valores de realização e exigibilidade

Os demais ativos e passivos são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam quando aplicável, as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata temporis*. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses da data do balanço são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo do reembolso de despesas com os projetos, recuperação de custos e eventuais prestações de serviços no curso normal das atividades da Entidade.

A receita de reembolso de projetos é reconhecida no resultado quando o FUNBIO é reembolsado pelo gerenciamento e execução dos projetos conforme objetivo social implícito em seu estatuto. Estas receitas estão previstas nos orçamentos dos projetos que são parte integrante dos acordos contratuais.

A receita de recuperação de custos é calculada com base em percentual variável de acordo com a execução dos projetos, estes valores estão previstos em instrumentos contratuais e orçamentos preparados para consecução dos objetivos dos projetos, não constituindo recursos livres para a instituição. Reconhecida no resultado no momento da prestação de contas dos projetos.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado quando pode ser estimada de forma confiável, associada com a transação por referência e o estágio de execução de seus serviços à medida do cumprimento das obrigações contratuais.

6.9.1 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

6.10 Reconhecimento das despesas de projetos

As despesas realizadas por conta de projetos são reconhecidas no resultado do exercício nas contas “desembolso para parceiros”, “recursos executados” e “prestação de contas em andamento” na medida em que são incorridas.

6.11 Imposto de renda e contribuição social corrente

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, conforme disposto no artigo 15 da Lei nº 9.532/97, desde que atendendo aos requisitos previstos nas alíneas "a" a "e", do § 2º, do artigo 12 da citada Lei, a saber:

- Não remunerar, por qualquer forma seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Não apresentar Superavit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- Não contribuir para a prática que constitua infração disposto da legislação societária;
- Não observar os requisitos legais dispostos no artigo 32 da Lei Nº 9.430/96.

A Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS: Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as Entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais Entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97

A Entidade vem cumprindo com os requisitos previstos na Lei nº 9532/97 para o gozo das isenções mencionadas.

6.12 Normas contábeis que entrarão em vigor após 2016

Diversas normas e interpretações foram emitidas pelo CPC e IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão destas demonstrações contábeis. A Companhia está avaliando os reflexos destas normas, quando aplicáveis, no entanto, não devem trazer impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers).

6.13 Reapresentação dos valores correspondentes

O Fundo de Recursos FUNBIO (FRF), cujo objetivo é complementar as necessidades de caixa da Entidade, quando necessárias, foi constituído em exercícios anteriores e apresentados no passivo não circulante da Entidade. A utilização desses recursos é definida pela Comissão de Finanças e Auditoria para atividades que estejam relacionadas aos objetivos estatutários do FUNBIO, não possuindo cláusulas restritivas ou representando obrigações da Entidade para com terceiros. Dessa forma, no momento da preparação das demonstrações contábeis de 2016, a administração da Entidade realizou correções e reclassificações dessa rubrica contábil para a melhor apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Dessa forma, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme segue:

- a) Reclassificação do saldo do Fundo de Recursos FUNBIO do ativo circulante para o não circulante, uma vez que não há intenção da Administração da Entidade da utilização desses recursos no próximo exercício social;
- b) Reclassificação do saldo do Fundo de Recursos FUNBIO do passivo não circulante para o grupo de patrimônio líquido;
- c) Ajuste proveniente de rendimentos financeiros apropriados na conta do passivo não circulante para a demonstração do resultado do exercício e destinação de parte do superavit do exercício para complemento do Fundo de Recursos FUNBIO.

O resultado desse ajuste encontra-se demonstrado a seguir:

Balço patrimonial

ATIVO

	31/12/2015		
	Saldo originalmente apresentados	Ajustes	Saldo ajustados
Ativo circulante (a)	260.948	(17.245)	243.703
Ativo não circulante (a)	287.898	17.245	305.143
Total do ativo	548.846	-	548.846

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31/12/2015		
	Saldo originalmente apresentados	Ajustes	Saldo ajustados
Passivo circulante	243.663	-	243.663
Passivo não circulante			
Recursos de terceiros vinculados a projetos	287.143	-	287.143
Fundo de Recursos FUNBIO (b)	17.245	(17.245)	-
Total do passivo não circulante	304.388	(17.245)	287.143
Fundo de Recursos FUNBIO (b)	-	17.245	17.245
Superavit acumulado	795	-	795
Total do patrimônio líquido	18.040	17.245	18.040
Total do passivo	548.846	-	548.846

Demonstração do resultado

	31/12/2015		
	Saldo originalmente apresentados	Ajustes	Saldo ajustados
Receitas operacionais	13.999	-	13.999
Despesas operacionais	(12.252)	-	(12.252)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	1.747	-	1.747
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(13)	-	(13)
Receitas financeiras (c)	186	1.502	1.688
	173	1.502	1.675
Resultado operacional	1.920	1.502	3.422
Outros resultados operacionais			
Aplicação de recursos (c)	(710)	710	-
	(710)	710	-
Superavit do exercício	1.210	2.212	3.422

Demonstração dos fluxos de caixa

31/12/2015

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superavit do exercício	1.210	2.212	3.422
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social ao caixa e equivalentes de caixa proveniente das/ (aplicados nas) atividades operacionais			
Resultado na alienação de ativos	(2)	-	(2)
Depreciação e amortização do exercício	171	-	171
	1.379	2.212	3.591
Mudanças no ativo e passivo			
Outras contas a receber	142	(4)	138
Fornecedores	3	-	3
Salários e obrigações trabalhistas	(6)	-	(6)
Impostos e taxas	(18)	-	(18)
Outras contas a pagar	(1.168)	-	(1.168)
Caixa líquido proveniente das/ atividades operacionais	332	2.208	2.540
Das atividades de investimento			
Aquisição / (baixas) de ativo imobilizado	(260)	-	(260)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(260)	-	(260)
Das atividades de financiamento			
Recebimento de recursos vinculados a projetos	23.270	-	23.270
Rendimentos sobre recursos vinculados a projetos	42.421	-	42.421
Variações cambiais sobre recursos vinculados a projetos	42.628	-	42.628
Gestão financeira sobre recursos vinculados a projetos	(4.451)	-	(4.451)
Custos vinculados a projetos	(21.213)	-	(21.213)
Aumento dos recursos vinculados aos projetos	(82.219)	(2.550)	(84.769)
Aumento dos fundos de recursos	2.210	(2.210)	-
Aumento/(redução) do patrimônio social	(250)	-	(250)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	2.396	(4.760)	(2.364)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.468	(2.552)	(84)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	16.542	(15.033)	1.509
No final do exercício	19.010	(17.585)	1.425
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.468	(2.552)	(84)

7. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado; e,
- Risco de liquidez.

As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras da Entidade, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de 1º linha. Nesse sentido, observa-se o risco cambial como o principal risco de mercado decorrente dos projetos, cujos financiadores são Entidades estrangeiras.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Os projetos são executados e orçados em reais e o controle de saldos a internalizar presente nas prestações de contas dos projetos são atualizadas pela taxa de câmbio vigente. Regularmente são efetuadas conciliações das parcelas a internalizar com as metas definidas para o projeto, em caso de variações significativas é feito um replanejamento do projeto.

Riscos de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. Tal controle é exercido para administrar as contas da Entidade e de cada um de seus projetos.

8. Caixa e equivalentes de caixa, FRF e recursos vinculados a projetos e agência GEF

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	2.532	1.425
Recursos vinculados a projetos circulante – FRF	20.585	17.245
Valores em trânsito	407	340
Total de recursos próprios	23.524	19.010
Recursos vinculados a projetos circulante – Agência GEF	2.226	-
Recursos vinculados a projetos circulante	308.432	238.338
Recursos vinculados a projetos não circulante	397.408	287.143
Valores em trânsito	117	3.348
Total de recursos vinculados a projetos	708.183	528.829
Total de recursos	731.707	547.839

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recursos próprios		
Caixa	407	340
Bancos no país	13	3
Bancos no exterior (a)	7	551
Aplicações financeiras no país (b)	23.018	18.116
Aplicações financeiras no exterior (c)	79	-
Total de recursos próprios	23.524	19.010
Recursos vinculados a projetos		
Caixa	117	3.348
Bancos no país	1.940	1.002
Bancos no exterior (a)	29.440	32.471
Aplicações financeiras no país (b)	467.409	395.957
Aplicações financeiras no exterior (c)	209.277	96.051
Total de recursos vinculados a projetos	708.183	528.829
Total de caixa e equivalentes de caixa	731.707	547.839

Os montantes apresentados em caixa, bancos no país, bancos no exterior e aplicações financeiras representam os saldos próprios da Entidade os quais são destinados à sua manutenção operacional e administrativa, sendo esses prontamente conversíveis em caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são compostas de Fundos e CDB's que foram adquiridos em percentuais que variam de 96 a 101% da variação do CDI e estão registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, onde o valor justo não supera o valor de mercado.

As disponibilidades vinculadas aos projetos e Agência GEF representam os montantes repassados pelos diversos patrocinadores a Entidade, os quais são mantidos nas contas correntes individuais de cada projeto e aplicações financeiras em fundos de investimentos, operações compromissadas e certificados de depósitos bancários – CDB's, as quais possuem liquidez inferior a 90 dias, com risco insignificante de redução de valor. Tais aplicações estão sendo compostas de CDB's e compromissadas (Bradesco) remunerados com a taxa do CDI e outros investimentos em Fundos de investimento, mantidas em instituição financeira de 1ª. linha. Tais aplicações estão registradas pelo montante investido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, onde o valor justo não supera o valor de mercado.

(a) Composição dos saldos de bancos conta movimento – exterior em 31 de dezembro:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Itáú MIAMI – FT (**)	26.922	32.057
Banco do Brasil NY FUNBIO (*)	7	551
J. P. MORGAN - NY – FT (**)	-	256
Banco do Brasil Frankfurt – FFEM	34	109
Banco do Brasil Frankfurt – ARPA KFW	2.435	-
Banco do Brasil NY - Capacitação RedLac(*)	7	29
Banco do Brasil NY – Agência GEF(*)	7	-
Itáú MIAMI – FTKFW (**)	16	20
Itáú MIAMI – Fundo Amapá (**)	19	-
Total de caixa e equivalentes de caixa no exterior	29.447	33.022

(*) As aplicações financeiras no BB de Nova York são de curto prazo e aplicadas em On Shore Investment (Overnight) e em Yankee Certificate Deposit.

(**) Por outro lado, as aplicações dos Fundos geridos pelo FUNBIO, através do nosso Gestor de Ativos, Pragma Patrimônio, são aplicações diversificadas, de curto e longo prazo, variando entre 1 ano e 8 anos, com liquidez variando de D+1 a D+ 180 dias. Os recursos estão investidos em Títulos Públicos -NTN-Bs, Renda variável local e internacional, Hedge Fund, Renda fixa Low Vol e pré-fixada/inflação. As aplicações seguem as políticas de investimento de cada fundo e as orientações do Comitê de Gestão de Ativos do FUNBIO.

(b) As aplicações Financeiras no país estão assim representadas na data de 31 de dezembro:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recursos FMA		
Fundo fiduciário	-	25.070
Aplicações automáticas	-	3.016
Aplicação certificado Depósito – CDB	1.628	166.730
Aplicação Renda fixa	-	32.429
Aplicação Renda fixa – Bradesco	248.188	-
Total recursos FMA (b.1)	249.816	227.245
Demais projetos e recursos próprios		
Aplicação Certificado Depósito Bancário – CDB	44.656	22.829
Aplicação renda fixa	9.653	13.921
Gestor de ativos	142.013	110.388
Demais aplicações	44.289	39.690
Total de recursos de terceiros (b.2)	240.611	186.828
Total de aplicações financeiras	490.427	414.073

(b.1) Projeto Fundo Mata Atlântica - FMA

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Itaú Pragma - Fundo Fiduciário	-	10.668
Itaú Private EFFICAX - Fundo Fiduciário	-	10.481
Credit Suisse - Fundo Fiduciário	-	3.921
Total de fundo fiduciário	-	25.070

Aplicação Certificado Depósito Bancário – CDB

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil CDB - FMA Aeroporto Santos Dumont	-	1.104
Banco do Brasil CDB - FMA Alphaville	-	282
Banco do Brasil CDB - FMA AMPLIAÇÃO CTL	-	76
Banco do Brasil CDB – FMA Ampliação Porto Sudeste	-	413
Banco do Brasil CDB - FMA Baixada Fluminense	-	778
Banco do Brasil CDB - FMA Braz Interm.	-	548
Banco do Brasil CDB - FMA CCR Dutra	-	1.525
Banco do Brasil CDB - FMA Comperj	-	31.227
Banco do Brasil CDB - FMA Comperj Impl. Infr. e Urbanização	-	13.366
Banco do Brasil CDB - FMA Comperj UHOS	-	738
Banco do Brasil CDB - FMA Construção Naval do Açú	-	16.934
Banco do Brasil CDB - FMA CSA II	-	1.403
Banco do Brasil CDB - FMA CTR Itaboraí	-	166
Banco do Brasil CDB - FMA CV	1.628	211
Banco do Brasil CDB - FMA DRAGAGEM DO TELSUL	-	2.437
Banco do Brasil CDB - FMA Dutoviário Comperj	-	4.760

Banco do Brasil CDB - FMA Expansão Bellavista	-	104
Banco do Brasil CDB - FMA GASDUC III	-	3.724
Banco do Brasil CDB - FMA Gasjap	-	148
Banco do Brasil CDB - FMA Gasoduto Guapimirim	-	419
Banco do Brasil CDB - FMA Gasoduto Guapimirim II	-	600
Banco do Brasil CDB - FMA GNL Petrobras	-	1.737
Banco do Brasil CDB - FMA Grota Funda	-	925
Banco do Brasil CDB - FMA ITAGUAI	-	3.354
Banco do Brasil CDB - FMA JV PART CDB	-	460
Banco do Brasil CDB - FMA LIBRA TERMINAL	-	1.076
Banco do Brasil CDB - FMA Linha de trasmissao Petrobás	-	110
Banco do Brasil CDB - FMA LLX AÇÚ	-	11.685
Banco do Brasil CDB - FMA Lot. Buzios Golfe	-	240
Banco do Brasil CDB - FMA Loteum Incor.	-	189
Banco do Brasil CDB - FMA LT Macaé Campos	-	502
Banco do Brasil CDB - FMA MARINA IMPERIAL	-	77
Banco do Brasil CDB - FMA Metrô CRB	-	381
Banco do Brasil CDB - FMA Metrô CRB II	-	7.737
Banco do Brasil CDB - FMA Multi Car	-	815
Banco do Brasil CDB - FMA Multi Rio	-	786
Banco do Brasil CDB - FMA Obras Tecab	-	1.741
Banco do Brasil CDB - FMA OF CSN	-	9.582
Banco do Brasil CDB - FMA Paracambi Lighter	-	349
Banco do Brasil CDB - FMA PCH RIO PRETO	-	63
Banco do Brasil CDB - FMA Petrobras Readeq. TECAM/REDUC	-	1.831
Banco do Brasil CDB - FMA PMN DAS AGUAS	-	4.613
Banco do Brasil CDB - FMA Ponta da Areia	-	351
Banco do Brasil CDB - FMA Pres. Vargas	-	337
Banco do Brasil CDB - FMA Quitumba	-	492
Banco do Brasil CDB - FMA SERB	-	693
Banco do Brasil CDB - FMA TA AR Transpetro	-	82
Banco do Brasil CDB - FMA TER Sub Emissário	-	1.923
Banco do Brasil CDB - FMA TERM SUL LLX	-	5.898
Banco do Brasil CDB - FMA Terminal Mar. Da Ilha Guaíba	-	74
Banco do Brasil CDB - FMA TRANSCARIOCA	-	8.097
Banco do Brasil CDB - FMA Transolimpica Pmrj	-	7.318
Banco do Brasil CDB - FMA UPGN Comperj	-	10.601
Banco do Brasil CDB - FMA UTE Porto do Açú	-	485
Banco do Brasil CDB - FMA UTE SANTA CRUZ FURNAS	-	1.080
Banco do Brasil CDB - FMA Via Principal	-	83
Total de aplicações em certificado depósito bancário – CDB	1.628	166.730

Aplicação Renda Fixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil RF LP - FMA Comperj	-	9.195
Banco do Brasil RF LP - FMA Comperj UHOS	-	1.095
Banco do Brasil RF LP - FMA Construção Naval do Açú	-	13.247
Banco do Brasil RF LP - FMA GASDUC	-	250
Banco do Brasil RF LP - FMA LIBRA TERMINAL	-	236
Banco do Brasil RF LP - FMA LLX AÇÚ	-	2.517
Banco do Brasil RF LP - FMA Loteum Incorp	-	28
Banco do Brasil RF LP - FMA Metro CRB	-	1.909
Banco do Brasil RF LP - FMA Metrô CRB II	-	1.400
Banco do Brasil RF LP - FMA Obras Tecab	-	681
Banco do Brasil RF LP - FMA PRES. VARGAS	-	578
Banco do Brasil RF LP - FMA RIO JV PARTN	-	139
Banco do Brasil RF LP - FMA TA AR Transpetro	-	333
Banco do Brasil RF LP - FMA UTE AÇÚ	-	246
Banco do Brasil RF LP - FMA Volta Redonda	-	322
Banco do Brasil RF LP - PTA AREIA	-	253
Total de aplicação renda fixa	-	32.429

Aplicações automáticas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil CP Corp 600 mil - FMA CSA II	-	2.568
Banco do Brasil REF DI LP Corp 600 mil - FMA GASJAP	-	448
Total de aplicações automáticas	-	3.016

Aplicações automáticas - Bradesco

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bradesco - Acordo FMA III) I. OP. Doação	28.567	-
Bradesco - Acordo FMA Ia) CCA	180.763	-
Bradesco - Acordo FMA V) Ins. TAC	15.707	-
Bradesco - Acordo FMA VI) I.O.O. FON	14.232	-
Bradesco - Acordo FMA Ic) Reg. Fu	7.992	-
Bradesco - Acordo FMA I. O. R. Florestal	927	-
Total de aplicações automáticas	248.188	-
Total de aplicações – FMA Instrumentos – (b.1)	249.816	227.245

Conforme informado na Nota Explicativa 12, a totalidade dos recursos do FMA utilizados no âmbito de cada um dos instrumentos contratuais (Convênio 003/2009 e Termo de Cooperação 04/2016), migraram das contas do Banco do Brasil para as contas no Gestor Financeiro do mecanismo, o Bradesco.

(b.2) Demais projetos

Aplicação Certificado Depósito Bancário - CDB

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil CDB – Administrativa	2.112	851
Banco do Brasil CDB - Adoção de Parques (MPX LM)	-	585
Banco do Brasil CDB - Adoção de Parques (OGX FN)	164	1.215
Banco do Brasil CDB – AFCOF III	961	-
Banco do Brasil CDB – ARPA BID	1.068	246
Banco do Brasil CDB – ARPA BID MSC	752	315
Banco do Brasil CDB - CARBONO PAITER SURUI	654	955
Banco do Brasil CDB - Carteira Fauna (Ararinha Azul)	637	1.113
Banco do Brasil CDB - Carteira Fauna (Sirênios)	116	147
Banco do Brasil CDB – Chevron - Pesquisa Marinha e Pesqueira	13.126	5.319
Banco do Brasil CDB – Chevron Conservação da Toninha	5.873	2.452
Banco do Brasil CDB – FUNJUS	-	3.349
Banco do Brasil CDB – GEF CERRADO	-	37
Banco do Brasil CDB – GEF MAR	735	1.679
Banco do Brasil CDB - GEF Nutrição	1.039	1.204
Banco do Brasil CDB – GEF Polinizadores	-	156
Banco do Brasil CDB – ICCO FOUND	-	102
Banco do Brasil CDB – Kayapo	173	775
Banco do Brasil CDB - KfW ARPA 2ª Fase	1.235	887
Banco do Brasil CDB – Moore Sustentabilidade	499	747
Banco do Brasil CDB - Novas Fontes Arpa	116	123
Banco do Brasil CDB – PROBIO JURUTI	-	91
Banco do Brasil CDB – PROBIO Votorantin CP	-	18
Banco do Brasil CDB – PROBIO Votorantin Execução	-	10
Banco do Brasil CDB – Projeto K	133	2
Banco do Brasil CDB - RVS Rio da Prata	462	414
Banco do Brasil CDB - Terra do Meio	-	-
Banco do Brasil CDB – TFCA	403	21

ItaúCDB – Fauna (Carteira Fauna)	5	16
Banco do Brasil CDB – TAC Caçapava	286	-
Banco do Brasil CDB – Chevron Cons Ucs RJ	7.162	-
Banco do Brasil CDB – Chevron Cras RJ	1.186	-
Banco do Brasil CDB – Chevron Educ Ambiental	3.200	-
Banco do Brasil CDB – Assembleia Redlac	115	-
Banco do Brasil CDB – R20	6	-
Banco do Brasil CDB – Moçambique	1	-
Banco do Brasil CDB – Rock in Rio	174	-
Banco do Brasil CDB – Projeto Especiais	83	-
Banco do Brasil CDB- COP Cancun 13	44	-
Banco do Brasil CDB – Agencia GEF FUNBIO	1.663	-
Banco do Brasil CDB – Agencia GEF Projeto	473	-
Total aplicação Certificado Depósito Bancário - CDB	44.656	22.829

Aplicação Renda fixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil RF LP - PROBIO Fundo de Oportunidade	7.639	9.781
Banco do Brasil RF LP – GEF BM	-	463
Banco do Brasil RF LP – MPX	-	20
Banco do Brasil RF LP – TFCA	2.014	3.657
Total aplicação renda fixa	9.653	13.921

Gestor de ativos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Itaú Pragma – Fundo Kayapó	-	8.319
Itaú Pragma - Fundo Kayapó BANYAN	440	-
Itaú Pragma - Fundo Kayapó LIBER MM	3.824	-
Itaú Pragma - Fundo Kayapó LYNX MM	4.039	-
Itaú Pragma - Fundo Kayapó HONOR	1.224	-
Itaú Pragma - Fundo Kayapó LYNX II	35	-
Itaú Pragma – Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF	-	7.306
Itaú Pragma - Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF LIBER	6.195	-
Itaú Pragma - Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF BANYAN	287	-
Itaú Pragma - Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF LYNX II	14	-
Itaú Pragma - Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF HONOR	1.069	-
Itaú Pragma - Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF ARES	237	-
Itaú Pragma - Fundo de Recursos do FUNBIO – FRF LYNX MM	2.634	-
Itaú Pragma – Fundo de Transição - FT	-	48.407
Itaú Pragma – Fundo de Transição – FT BANYAN	123	-
Itaú Pragma – Fundo de Transição – FT LYNX II	6	-
Itaú Pragma – Fundo de Transição – FT SUMAUMA	68.690	-
Itaú Pragma – Fundo de Transição - FT KFW	-	32.425
Itaú Pragma – Fundo de Transição - FT KFW ARES	159	-
Itaú Pragma – Fundo de Transição - FT KFW BANYAN	881	-
Itaú Pragma – Fundo de Transição - FT KFW HONOR	9.041	-
Itaú Pragma – Fundo de Transição - FT KFW LIBER	15.511	-
Itaú Pragma – Fundo de Transição - FT KFW LYNX MM	8.092	-
Itaú Pragma – Fundo Bahia e ES	3.415	-
Credit Suisse – Fundo de Recursos do FUNBIO - FRF	3.204	2.772
Credit Suisse – Fundo de Transição - FT KFW	12.893	11.159
Total gestor de ativos	142.013	110.388

Demais aplicações

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil - FT Operacional	545	739
Banco do Brasil - GEF BM Arpa II	1.242	1.010
Banco do Brasil – Resex Mapua	9	8
Itaú– Fauna (Carteira Fauna)	117	104
Itaú - Administrativa	26	20
Itaú - Fauna (carteira Fauna)	39	8
Itaú Compromissada DI -Administrativa	295	264
Itaú Compromissada DI – Fauna (Carteira Fauna)	387	339
Itaú Compromissada DI – FT KFW	-	9.059
Itaú EFFICAX - FT KFW	19.614	12.776
Itaú Private – FRF	6.118	7.166
Itaú Private – FT	1.723	77
Itaú Private - Fundo Kayapó	9.083	8.120
J.P Morgan – FRF	826	-
J.P Morgan – Fundo Amapá	214	-
Itaú Private – Fundo Amapá EFFICAX	1.291	-
Itaú Pragma – Fundo Amapá LIBER	1.407	-
Itaú Pragma – Fundo Amapá ARES	736	-
Itaú Pragma – Fundo Amapá HONOR	618	-
Total de demais aplicações	44.290	39.690
Total de aplicações – Dos demais projetos – (b.2)	240.612	186.828
Total de aplicações – (b.1 + b.2)	490.427	414.073

(c) Composição das aplicações financeiras no exterior em 31 de dezembro:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
J. P. MORGAN - Fundo de Transição	-	29.727
Itaú Miami – Fundo Amapá	4.104	-
Banco do Brasil NY – Moore Redlac Capacitação	1.861	-
Banco do Brasil NY – Agencia GEF	82	-
Banco do Brasil NY – Aplic. ALLO	79	-
Banco do Brasil NY - Fundo Bahia e ES	3.424	-
Itaú Miami - Fundo de Transição	193.605	59.365
Itaú Miami - KFW Fundo de Transição	6.201	6.959
Total de aplicações no exterior	209.356	96.051

9. Imobilizado

a) Composição

Descrição	Taxa de depreciação anual	31/12/2016			Imobilizado líquido em 31/12/2015
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
Móveis e utensílios	10%	322	(261)	61	30
Maquinas e equipamentos	10%	251	(134)	117	125
Equipamentos de informática	20%	1.005	(580)	425	465
Benfeitorias em bens de terceiros	4% a 33%	663	(499)	163	135
Total		2.241	(1.474)	766	755

b) Movimentação

Descrição	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de Informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	39	107	365	153	664
Aquisições	-	38	222	-	260
Baixas	-	(1)	-	-	(1)
Depreciação	(9)	(16)	(121)	(8)	(154)
Outros	-	(3)	(1)	(11)	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30	125	465	135	755
Aquisições	43	16	114	36	209
Baixas	(3)	(41)	(81)	-	(126)
Depreciação	(9)	18	(73)	(8)	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	61	118	425	163	766

c) Redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a administração não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

10. Fornecedores

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
KONIK Industria e Comercio de Moveis LTDA	9	-
RPC Importação e Comercio de Maq. e Equip.	222	-
RN Comercio Varejista S.A	6	-
Alegria Industria e Comercio LTDA	38	-
Ferrari & Cia Ltda	72	29
Dell Computadores do Brasil Ltda	-	20
Márcia Maria Matavelli Mellega	-	14
A.F. Comércio e Serviços Técnicos Ltda	13	13
Distribuidora Unica Rio Ltda	-	5
One Way Solution Ltda.	3	-
Outros	-	4
Total	363	85

11. Salários e obrigações trabalhistas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de férias e encargos	1.070	944
Salários a pagar	404	353
IRRF a recolher	250	195
INSS a recolher	191	149
FGTS a recolher	68	57
PIS a recolher	8	7
Outros	8	5
Total	1.999	1.710

12. Recursos de terceiros vinculados a projetos

Movimentação dos saldos dos projetos 2016

	31/ 12/ 2015	Prestação de contas em andamento	Prestação de contas enviadas	Outros	Recursos utilizados prest. contas	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Variação cambial	Despesas Financeiras	Transferências, desembolsos e reembolso	Transferência FMA Convênio x Acordo	31/ 12/ 2016	Nota
		(a)	(b)	(c)	(a) + (b) + ©								
ARPA 2ª Fase - GEF BM	1.678	(13)	(14.962)	396	(14.579)	15.827	156	-	(17)	(1.705)	-	1.360	12.1
ARPA 2ª Fase – KfW	1.472	(9)	(15.677)	136	(15.550)	20.347	116	(623)	(126)	(1.102)	-	4.534	12.1
ARPA FT - Operacional	798	(22)	(7.248)	51	(7.219)	7.900	192	-	(31)	(880)	-	760	12.1
ARPA FT - BID MSC	58	-	(443)	77	(367)	1.231	52	-	(6)	(275)	-	694	12.1
ARPA FT - BID SCI	251	(31)	(1.485)	30	(1.485)	3.566	71	-	(15)	(1.546)	-	842	12.1
FMA - Compensação Ambiental	179.773	-	(15.403)	-	(15.403)	12.201	16.978	-	(1)	(5.755)	(187.793)	0	12.2
FMA - Cartão Vinculado	212	-	(446)	0	(446)	1.800	96	-	(5)	88	(1.745)	-	12.2
FMA - Outras Fontes	22.294	-	-	-	-	-	1.858	-	-	-	(24.152)	-	12.2
FMA - Instr. I-A Comp. Ambiental (Brad. 3000-7)	-	(222)	(3.263)	0	(3.485)	895	3.191	-	-	-	179.950	180.550	12.2
FMA - Instr. I-B CA Federal (Brad. 3001-5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.2
FMA - Instr. I-C Res. Reg. Fundiária (Brad. 3002-3)	-	-	-	-	-	-	150	-	-	-	7.842	7.992	12.2
FMA - Instr. II - OP. Doações (Brad. 3003-1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.2
FMA - Instr. III -A - Finan. Fiduciário (Brad. 3005-8)	-	-	-	-	-	-	689	-	(1)	-	27.879	28.567	12.2
FMA - Instr. III-B - Finan. Fid. CV (BB 25.738-9)	-	-	(112)	-	(112)	-	58	-	(2)	(61)	1.746	1.628	12.2
FMA - Instr. IV - OP. Rest. Florestal (Brad. 3008-2)	-	-	-	-	-	915	13	-	-	-	-	928	12.2
FMA - Instr. V - T AC (Brad. 3009-0) ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	5.000	341	-	-	1.088	10.365	16.794	12.2
FMA - Instr. VI - OP. Outras Fontes (Brad. 3010-4)	-	-	-	-	-	-	445	-	-	-	13.787	14.232	12.2
TFCA	3.717	(2)	(1.552)	1	(1.555)	-	348	-	-	(99)	-	2.411	12.3
Kayapó	777	-	(546)	-	(546)	-	49	-	(1)	(106)	-	173	12.4
Adoção de Parques	2.230	(7)	(1.773)	13	(1.767)	-	172	-	(1)	-	-	633	12.5
Fundo Juruti Sustentável	3.351	-	(3.471)	-	(3.471)	-	198	-	-	(78)	-	0	12.6
Capacitação FUNJUS	21	0	(0)	-	(0)	-	-	-	-	(21)	-	(0)	12.6
Probio - Fundo de Oportunidade ⁽²⁾	9.781	-	(1.478)	-	(1.478)	-	847	-	-	(1.512)	-	7.639	12.7
Probio Juruti Sustentável	84	-	(767)	0	(767)	751	38	-	-	(106)	-	(0)	12.7
Subprojeto Votorantim - Execução	10	-	(1)	0	(1)	-	1	-	(0)	(10)	-	(0)	12.7
Subprojeto Votorantim - CP	19	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(18)	-	(0)	12.7
Subtotal	226.526	(306)	(68.627)	704	(68.231)	70.433	26.058	(623)	(207)	(12.098)	27.879	269.737	

Ne.(1) Em 19/12/2016 ocorreu uma transferência de recurso referente a correção monetária sobre a 2ª Parcela do Termo de Execução do TAC n° CW 1399279, Projeto Conservação da Toninha na Área de Manejo I depositado na conta incorretamente e acertado com o projeto em 03/01/2017 no valor de R\$ 1.088 mil

Ne.(2) O projeto Probio – Fundo de Oportunidades possui dois Subprojetos: Probio – Juruti Sustentável e Votorantim – Execução são executados pelo próprio Funbio e estão apresentados em linhas específicas portanto, os recursos recebidos por esses projetos os recursos por esses projetos R\$ 751 respectivamente, também constam da prestação de contas do projeto Probio – Fundo de Oportunidades.

	31/ 12/ 2015	Prestação de contas em andamento	Prestação de contas enviadas	Outros	Recursos utilizados prest. contas	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Variação cambial	Despesas Financeiras	Transferências, desembolsos e reembolso	Transferência FMA Convênio x Acordo	31/ 12/ 2016	Nota
Subtotal	226.526	(306)	(68.627)	704	(68.231)	70.433	26.058	(623)	(207)	(12.098)	27.879	269.737	-
GEF Cerrado	2	-	-	-	-	-	2	14	(1)	(17)	-	(0)	12.8
GEF Polinizadores	176	-	(142)	(0)	(142)	-	11	17	(1)	(62)	-	(0)	12.9
Carteira Fauna - Ararinha Azul	1.114	(2)	(388)	(0)	(390)	-	113	-	-	(202)	-	636	12.10
Carteira Fauna – Sirênios	148	-	(6)	0	(6)	-	15	-	-	(38)	-	119	12.10
Carteira Fundo Fauna	544	-	-	-	-	29	67	-	(10)	(80)	-	550	12.10
Novas Fontes Arpa	122	-	(21)	-	(21)	-	13	-	-	-	-	115	12.11
RedLac Capacitação	33	-	(21)	-	(21)	-	1	(38)	(19)	45	-	0	12.12
GEF Nutrição	1.205	-	(991)	-	(991)	822	136	-	(5)	(124)	-	1.043	12.13
Fundo Carbono Paiter Suruí	1.079	-	(347)	-	(347)	33	76	(20)	(1)	(167)	-	654	12.14
ICCO Foundation	316	-	-	-	-	-	6	(34)	(1)	(287)	-	0	12.15
GEF Mar	1.683	(3)	(3.297)	39	(3.261)	3.116	220	-	(7)	(1.003)	-	747	12.16
Projeto K	83	(2)	(1.758)	2	(1.758)	4.404	20	(237)	(6)	(483)	-	2.023	12.17
Moore Sustentabilidade	749	-	(210)	-	(210)	659	30	-	(3)	(725)	-	499	12.18
Chevron - Pesquisa Marinha e Pescaieira	5.320	-	(2.789)	-	(2.789)	10.992	571	-	(1)	(966)	-	13.127	12.19
Chevron - Conservação da Toninha	2.452	-	(623)	-	(623)	3.907	246	-	-	(108)	-	5.874	12.19
Chevron - Educação Ambiental	-	-	-	-	-	3.531	77	-	-	(408)	-	3.200	12.19
Chevron - Conservação das Ucs	-	-	-	-	-	7.488	171	-	-	(497)	-	7.162	12.19
Chevron - CRAS RJ	-	-	-	-	-	1.310	29	-	-	(152)	-	1.187	12.19
TAC Aerolave Caçapava	-	-	(74)	-	(74)	396	16	-	-	(52)	-	287	12.20
R20	-	-	(454)	-	(454)	474	2	-	-	(15)	-	6	12.21
Rock in Rio	-	-	(430)	-	(430)	693	7	-	(3)	(89)	-	177	12.22
GEF Mangue	-	-	(267)	-	(267)	444	-	-	-	(178)	-	0	12.25
Inovação SVA - 1ª Fase	-	-	(4)	-	(4)	71	-	-	-	(68)	-	(0)	12.26
Funbio-Bioguiné	-	-	(8)	-	(8)	100	2	-	-	(11)	-	83	12.27
Mata Atlântica III	-	-	-	-	-	989	7	(31)	(4)	-	-	961	12.28
	-	-	(424)	-	(424)	491	14	-	(1)	-	-	81	12.29
Matriz PSA - Forest Trend	-	-	-	-	-	67	-	-	-	(67)	-	-	12.30
Moçambique	-	-	(55)	-	(55)	51	-	-	(1)	-	-	(5)	12.31
COP Cancun 13	-	-	(116)	(0)	(116)	160	-	-	-	-	-	44	12.32
UC's Federais do Acre	10	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	-	-	12.33
Promar	30	-	-	-	-	-	-	-	-	(30)	-	-	12.34
Subtotal	15.066	(7)	(12.424)	42	(12.389)	40.228	1.851	(327)	(64)	(5.793)	-	38.571	

	31/ 12/ 2015	Prestação de contas em andamento	Prestação de contas enviadas	Outros	Recursos utilizados prest. contas	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Variação cambial	Despesas Financeiras	Transferências, desembolsos e reembolso	Transferência FMA Convênio x Acordo	31/ 12/ 2016	Nota
Fundo de Transição	245.635	-	-	-	-	123.057	29.107	(20.904)	(5.417)	(7.900)	-	363.578	12.1
FMA - Fundo Fiduciário	25.069	-	-	-	-	1.966	3.421	-	(777)	(1.800)	(27.879)	0	12.2
Fundo Kayapó	16.437	-	-	-	-	-	2.509	-	(303)	-	-	18.643	12.4
Fundo Amapá	-	-	-	-	-	8.127	368	3	(146)	-	-	8.351	12.23
Funbo Bahia e Espírito Santo	-	-	-	-	-	6.928	2	(79)	(15)	-	-	6.836	12.24
Subtotal	287.141	-	-	-	-	140.078	35.407	(20.980)	(6.659)	(9.700)	(27.879)	397.408	
	528.733	(313)	(81.051)	745	(80.620)	250.738	63.317	(21.931)	(6.930)	(27.591)	0	705.717	
Circulante	241.590											308.309	
Não Circulante	287.143											397.408	

Movimentação dos saldos dos projetos 2015

Descrição	Notas	31/12/2014	Prestação de contas em andamento	Prestação de contas enviadas	Recursos utilizados Prest ctas	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Variação cambial	Despesas financeiras	Transferências e desembolsos	31/12/2015
			(a)	(b)	(a) + (b)						
Fundo de Transição	12.1	180.156	-	-	-	15.187	14.171	39.959	(1.338)	(2.500)	245.635
ARPA 2ª Fase – BNDES	12.1	1.160	-	(1.244)	(1.244)	-	52	-	-	32	-
ARPA 2ª Fase - GEF BM	12.1	3.790	(139)	(6.950)	(7.089)	5.790	339	-	(11)	(1.141)	1.678
ARPA 2ª Fase – KfW	12.1	6.756	(346)	(14.497)	(14.843)	10.594	175	398	(153)	(1.455)	1.472
ARPA FT - Operacional	12.1	1.433	(78)	(2.287)	(2.364)	2.500	221	-	(5)	(986)	798
ARPA FT - BID	12.1	1.710	(2)	(835)	(837)	316	135	-	(3)	(1.012)	309
FMA - Compensação Ambiental	12.2	158.487	-	(12.711)	(12.711)	17.331	18.266	-	(11)	(1.589)	179.773
FMA - Fundo Fiduciário	12.2	22.797	-	-	-	-	3.058	-	(786)	-	25.069
FMA - Cartão Vinculado	12.2	930	-	(631)	(631)	-	56	-	(9)	(134)	212
FMA - Outras Fontes	12.2	17.968	-	-	-	2.143	2.183	-	-	-	22.294
TFCA	12.3	9.806	-	(6.673)	(6.673)	551	688	-	(2)	(653)	3.717
Fundo Kayapó	12.4	14.993	-	-	-	-	1.750	-	(306)	-	16.437
Kayapó	12.4	1.942	-	(1.276)	(1.276)	-	133	-	-	(22)	777
Adoção de Parques	12.5	2.554	-	(655)	(655)	-	267	-	(1)	65	2.230
Fundo Juruti Sustentável	12.6	3.136	-	(143)	(143)	-	358	-	-	-	3.351
Capacitação FUNJUS	12.6	103	-	(30)	(30)	-	4	-	-	(56)	21
Probio - Fundo de Oportunidade (*)	12.7	10.847	-	(2.097)	(2.097)	1.368	1.114	-	-	(1.451)	9.781
w Probio II	12.7	272	-	(290)	(290)	69	3	-3	-	(51)	-
Probio Juruti Sustentável	12.7	159	(6)	(279)	(285)	200	11	-	(1)	-	84
Subprojeto Votorantim - Execução	12.7	-	(2)	(103)	(105)	112	3	-	-	-	10
Subprojeto Votorantim - CP	12.7	-	(2)	(20)	(22)	330	3	-	-	(292)	19
Subtotal		438.999	(575)	(50.721)	(51.295)	56.491	42.990	40.354	(2.626)	(11.245)	513.667

Ne.(*) O projeto Probio – Fundo de Oportunidades possui dois subprojetos: Probio – Juruti Sustentável e Votorantim – São executados pelo próprio FUNBIO e estão apresentados em linhas específicas portanto, os recursos por esses projetos R\$ 200 e R\$ 112 respectivamente, também constam da prestação de contas do projeto Probio – Fundo de Oportunidades.

Descrição	Notas	31/12/2014	Prestação de contas em andamento	Prestação de contas enviadas	Recursos utilizados Prest. cta	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Variação cambial	Despesas Financeiras	Transferências e desembolsos	31/12/2015
			(a)	(b)	(a) + (b)						
AFCOF II	12.8	245	-	-	-	-	18	11	(2)	(272)	-
GEF Cerrado	12.9	1.056	-	(2.033)	(2.033)	1.117	40	2	(6)	(174)	2
GEF Polinizadores	12.10	840	(9)	(1.292)	(1.302)	915	31	-	(5)	(304)	176
Terra do Meio	12.11	-430	(28)	(51)	(78)	786	5	-	(3)	(279)	-
Carteira Fauna - Ararinha Azul	12.12	1.102	-	(110)	(110)	-	122	-	-	-	1.114
Carteira Fauna – Sirênios	12.12	225	-	(32)	(32)	147	14	-	-	(206)	148
Carteira Fauna (Sísmica e Fundo Fauna)	12.12	399	-	-	-	50	59	-	(9)	45	544
GIZ Anavilhanas	12.13	5	-	-	-	-	-	-	-	(5)	-
Novas Fontes Arpa	12.14	375	-	(109)	(109)	-	27	-	(1)	(170)	122
RedLac Capacitação	12.15	220	-	(28)	(28)	-	-	4	(3)	(160)	33
GEF Nutrição	12.16	668	-	(449)	(449)	984	69	-	(6)	(61)	1.205
CFA	12.17	89	-	(26)	(26)	47	1	31	-	(142)	-
FIP	12.18	12	-	(12)	(12)	-	1	-	-	(1)	-
Ecofunds/BCID	-	18	-	-	-	-	1	-5	-	(14)	-
Fundo Carbono Paiter Suruí	12.19	1.661	-	(779)	(779)	14	124	60	(1)	-	1.079
FUNBIO Cidades	12.20	208	-	-	-	-	7	8	(1)	(222)	-
ICCO Foundation	12.21	358	(5)	(366)	(371)	410	30	3	(1)	(113)	316
GEF Mar	12.22	-	-	(908)	(908)	3.628	203	-	(2)	(1.238)	1.683
Projeto K	12.23	-	-	(458)	(458)	446	-	109	(3)	(11)	83
Moore Sustentabilidade	12.24	-	-	(892)	(892)	1.905	20	-	(8)	(276)	749
Chevron - Pesquisa Marinha e Pesqueira	12.25	-	-	-	-	5.773	79	-	-	(532)	5.320
Chevron - Conservação da Toninha	12.25	-	-	-	-	2.661	36	-	-	(245)	2.452
UC's Federais do Acre	-	-	-	-	-	25	-	-	-	(15)	10
Outros projetos	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	30
Subtotal		7.081	(42)	(7.545)	(7.587)	18.908	887	223	(51)	(4.395)	15.066
Total	446.080	(617)	(58.266)	(58.882)	75.399	43.877	40.577	(2.677)	(15.640)	528.733	

Curto prazo	228.134	241.590
Longo prazo	217.946	287.143

12.1 ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia.

O programa ARPA é a maior iniciativa de proteção de florestas tropicais do mundo. Tem como meta a conservação e uso sustentável de 60 milhões de hectares – 15% da região amazônica – em 114 Unidades de Conservação (UCs). Esta área equivale - a título de comparação - ao território de 2 Alemanhas.

O FUNBIO é o gestor financeiro do programa, realizando as atividades de aquisições e contratações para as UCs e fazendo a gestão de ativos do fundo que garante a sustentabilidade do programa no longo prazo, o Fundo de Transição (FT). Este fundo incorpora os recursos do FAP (Fundo de Áreas Protegidas), constituído na primeira fase do programa, e alavanca novos recursos da cooperação internacional e de doações privadas, com a meta de chegar a 215 milhões de dólares.

Este recurso deve financiar as UCs apoiadas pelo ARPA em uma transição gradual, até que os recursos governamentais assumam a cobertura total dos custos de manutenção das UCs a partir de 2039. Em sua segunda fase, o Arpa apoia a criação de mais 13,5 milhões de hectares em novas UCs e a consolidação de cerca de 32 milhões de hectares em UCs já estabelecidas.

No exercício de 2016 destacamos:

- O Fundo de Transição e o FAP atingiram o montante de R\$ 363 milhões, um incremento líquido de 48% (2015: R\$ 245 milhões) decorrentes de novos depósitos recebidos de doações do KfW, do WWF e da Anglo American, rendimentos de aplicação financeira e variação cambial, esta última impactada pela desvalorização de aproximadamente 17% da moeda estrangeira (US\$) constante na carteira de investimentos. Em 2016 novas unidades foram consolidadas e passaram a utilizar recursos da conta do Fundo de Transição, segregada e apresentada no quadro acima como ARPA FT - Operacional;
- Internalizados R\$ 15,8 milhões e executados aproximadamente R\$ 14,5 milhões dos recursos do contrato com o Banco Mundial da fase II no valor total de US\$ 15,9 milhões;
- Do contrato com o Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), assinado com o KfW – Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento) para a fase II no valor de EUR 20 milhões, internalizamos R\$ 20,3 milhões e executamos R\$ 15,6 milhões;
- A conta do ARPA FT – Operacional recebeu R\$ 7,9 milhões provenientes do Fundo de Transição em 2016 e executou 7,2 milhões.
- Com relação à Cooperação Técnica Não-Reembolsável assinada com o BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento, no valor total de US\$ 4,5 milhões, que prevê o Planejamento e Fortalecimento do Gestor do Fundo de Transição para o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) para a Vida, foram executados R\$ 1,9 milhões e internalizados R\$ 4,8 milhões em 2016, nos dois contratos: MSC e SCI.

12.2 Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro

O Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro, também conhecido como Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), foi concebido para potencializar os investimentos ambientais no Estado do Rio de Janeiro e oferecer novas opções de apoio para as áreas protegidas, com agilidade, eficiência e transparência. Por meio de uma parceria firmada com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ), o FUNBIO administra os recursos do FMA/RJ provenientes da compensação sobre os impactos ambientais de empreendimentos produtivos, cujo pagamento é regulamentado pelo SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e recursos oriundos de outras fontes.

O FMA/RJ é amparado pelo Termo de Convênio nº. 003/2009 celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com a interveniência do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, visando a operação, manutenção e controle do mecanismo. Em 14/11/2016 o convênio encerrou-se e todos os procedimentos de finalização e prestação de contas encontram-se em andamento. O FMA/RJ, no âmbito do convênio, é composto por quatro instrumentos financeiros, a saber: 1) Instrumento Financeiro de Compensação Ambiental; 2) Instrumento Operacional e Financeiro de Doação; 3) Instrumento Financeiro Fiduciário; e 4) Instrumento Operacional e Financeiro de Outras Fontes, que com a finalização do convênio, tiveram seus recursos transferidos para contas específicas do FUNBIO na instituição “gestora financeira” do novo Mecanismo Operacional para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro, o Bradesco.

Assim, no quadro da nota explicativa acima, os recursos do convênio finalizado foram transferidos na integralidade para as contas abertas por força do Acordo de Cooperação 04/2016 de 31 de agosto de 2016, assinado entre o Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente –SEA, o FUNBIO (Gestor Operacional), coma interveniência do Instituto Estadual do Ambiente – INEA e do Bradesco (Gestor Financeiro), conforme Lei nº 7.061, de 25/09/2015 que alterou e introduziu dispositivos à Lei nº6.572/2013, e em especial segregou os referidos mecanismos operacionais e financeiros, criando para tanto as figuras do gestor operacional, a ser escolhido mediante processo seletivo, dentre entidades devidamente capacitadas e identificadas com os objetivos dos projetos a serem executados, e do gestor financeiro, a ser selecionado por licitação

Em 2016, no âmbito do Convênio SEA 003/2009 encerrado, temos a destacar:

1) Instrumento Financeiro de Compensação Ambiental

As principais atividades do FMA/RJ são as compras e contratações para as UCs do Estado, efetuadas de acordo com os projetos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental da SEA. Além disso, o FMA/RJ também efetua pagamentos para regularização fundiária das áreas protegidas e disponibiliza cartões vinculados, que são recarregados para cobertura de pequenos gastos para a manutenção das UCs.

Em 2016, o Instrumento Financeiro de Compensação Ambiental executou recursos da ordem de R\$ 15,4 milhões (2015 – R\$ 13,3 milhões), recebeu um montante de R\$ 12,2 milhões (2015 - R\$ 17,3 milhões) e gerou rendimentos da ordem de R\$ 16,9 milhões nesse ano. O saldo da conta do instrumento, no montante de R\$ 187,8 milhões foi transferido da conta do Banco do Brasil do Convênio para a conta no Bradesco do Acordo de Cooperação.

2) Instrumento Operacional e Financeiro de Doação

Até o final de 2016 a carteira de Doação não recebeu recursos nem projetos a serem executados.

3) Instrumento Financeiro Fiduciário

Instituído financeiramente em 2012, o Fundo Fiduciário é um instrumento previsto no âmbito do Convênio SEA que visa prover sustentabilidade financeira de longo prazo às Unidades de Conservação que estão sob a gestão do INEA. O fundo apresenta a característica de ser conservador e manter o capital principal preservado, devendo ser feito uso de seus rendimentos líquidos, com intenção de garantir a sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação. Até o final de 2016, todos os recursos retirados do Fundo Fiduciário foram destinados ao Projeto Fundo Fiduciário, o qual compõe a carteira de Compensação Ambiental.

O montante de recursos financeiros recebidos para esta carteira até o final de 2015 foi de R\$ 22,1 milhões (R\$ 19,3 milhões até 2013, R\$ 901,2 mil em 2014, em 2015 zero e R\$ 1,9 milhões em 2016). Os rendimentos foram na ordem de R\$ 3,4 milhões em 2016 e não houve retiradas para a execução do Projeto Fundo Fiduciário. A transferência da totalidade dos recursos, antes em custódia no Itaú em conta gerida pela Pragma Patrimônio (Gestora de Ativos), para a carteira específica na conta do Bradesco foi no montante de R\$ 27,8 milhões.

3.a) Cartão Vinculado – Recursos provenientes do Fundo Fiduciário e / ou de projetos aprovados para este fim específico, alimentam a conta operativa dos cartões vinculados do FUNBIO. Tal mecanismo financeiro, visa suprir as unidades de conservação e núcleos do Estado do RJ com recursos para uso emergencial com despesas elegíveis e prestação de contas previsto em manual operacional. Em 2016, 33 cartões estavam em utilização e custaram recursos da ordem de R\$ 0,4 milhões no âmbito do Convênio. Tendo recebido a quantia de R\$ 1,8 milhões por projeto aprovado pela CCA.

Tendo em vista que o Bradesco não apresentou produto similar que atendesse às necessidades dos gestores de parques beneficiários dos cartões pré-pagos vinculados, optamos por manter a conta no Banco do Brasil para alimentação dos cartões. Esta conta – BB 25.738-9 – que atendia ao Convênio com este propósito específico, continuará no âmbito do Acordo de Cooperação e apresentou um saldo de R\$ 1,7 milhões no momento do encerramento do Convênio e início das operações do Acordo.

4) Instrumento Operacional e Financeiro de Outras Fontes

Em 2013 o FUNBIO recebeu os primeiros aportes ao Instrumento Operacional e Financeiro de Outras Fontes, no montante de R\$ 7,8 milhões. Em 2014 recebeu aportes no montante de R\$ 8,7 milhões. Em 2015, o total recebido foi de R\$ 2,1 milhões. Em 2016 não houve ingressos de recursos neste instrumento. Com rendimentos da ordem de R\$ 5,5 milhões até 2016, o saldo do instrumento financeiro de Outras Fontes somava R\$ 24,1 milhões, que foram transferidos para os novos instrumentos estabelecidos no Acordo de Cooperação, a saber: TAC – para o qual foram transferidos R\$ 10,4 milhões e OP Outras fontes – para o qual foram destinados R\$ 13,7 milhões, não havendo projetos alocados neste instrumento.

Ainda sobre o Convênio 003/2009, encerrado em 14 de novembro de 2016, o Ministério Público do Estado do RJ instaurou Ação Civil Pública contra o Estado do Rio de Janeiro através do INEA

e o FUNBIO na 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Rio de Janeiro no qual se questiona a validade do mecanismo jurídico da compensação ambiental ao pretexto de fazê-lo apenas em relação ao Parque Estadual da Costa do Sol (PECS). Em carta de circularização os advogados contratados pelo FUNBIO, informam decisão favorável em primeira instância e desfavorável em 2ª. Instância, estimando à causa valor de R\$ 1 milhão em caso de possível decisão definitiva desfavorável.

Por força desta ação, a SEA acordou com o FUNBIO que este manteria gestão operacional do mecanismo em seus diversos instrumentos e o controle financeiro dos recursos em suas contas no Bradesco, garantindo a continuidade dos contratos em vigência e evitando ou diminuindo o início de novos projetos que venham a ser aprovados no âmbito da Câmara de Compensação Ambiental – CCA e encaminhados pela Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

FMA – Fundo Mata Atlântica do Rio de Janeiro – Acordo de Cooperação 04/ 2016

Em 2016, no âmbito do Acordo de Cooperação 04/2016, que recebeu a totalidade dos recursos remanescentes do Convênio SEA 003/2009 encerrado em 14 de novembro de 2016, temos a destacar os seguintes instrumentos que foram criados nos termos previstos na Lei Estadual nº 6.572, de 31 de outubro de 2013, com a alteração dada pela Lei Estadual nº 7.061, de 25 de setembro 2015, de acordo com as condições e procedimentos estipulados no edital do Chamamento Público 01/16, no Manual de Gestão do FMA (a ser pactuado pelas partes), bem como da Resolução SEA nº 491/15, alterada pela Resolução 503/16.

O FMA Acordo é composto por 6 (seis) instrumentos de operação de projetos, a saber:

I – Instrumento Operacional de Compensação Ambiental SNUC: mecanismo destinado a operar projetos oriundos de recursos de compensação ambiental, estabelecida com base no art. 36 da Lei Federal nº 9.985/00, em que o empreendedor, após anuência do INEA, opta por depositar os recursos em conta específica do Gestor Financeiro do FMA para execução de projetos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro – CCA/RJ, subdividido em três formas:

- a) Carteira de projetos aprovados pela CCA/RJ: destinado à execução de projetos apresentados por órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente, assim como aqueles destinados à gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, e aprovados pela CCA/RJ, que tenham por objetivo o apoio à implantação e manutenção de uma, ou mais, UC's de proteção integral. Esta carteira recebeu o saldo inicial de R\$ 179,9 milhões oriundos do Convênio 003/2009 encerrado em 14/11/2016. Já na vigência do Acordo de cooperação foram executados R\$ 3,2 milhões, recebidos R\$ 0,9 milhões e apurado rendimentos financeiros desta carteira no montante de 3,2 milhões. Assim, o saldo desta carteira no final do exercício de 2016 é de R\$ 180,5 milhões.
- b) Carteira de projetos oriundos de compensação ambiental federal: instrumento destinado à execução de projetos em UC, encaminhados pelo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que tenham por objetivo o apoio à implantação e manutenção de uma, ou mais, Unidades de Conservação estaduais. Esta carteira não recebeu recursos até o fim do exercício de 2016.
- c) Reserva de Regularização Fundiária: destinada especificamente à regularização fundiária das unidades de conservação instituídas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, tornadas de

domínio público e sendo o proprietário expropriado indenizado, por meio de acordo judicial ou administrativo. Esta carteira recebeu recursos da ordem de R\$ 7,8 milhões da carteira de compensação Ambiental do convênio 003/2009. Já na vigência do Acordo de Cooperação gerou aproximadamente R\$ 0,2 milhões em rendimentos financeiros e encerrou o exercício no montante próximo a R\$ 8,0 milhões.

II – Instrumento Operacional de Doação: mecanismo destinado a operar projetos oriundos de recursos de doações nacionais e internacionais voltados à proteção e conservação da biodiversidade, aprovados pela SE A/RJ, cuja execução seja realizada por meio de projetos e acompanhada pelo sistema informatizado do FMA. Tal instrumento não recebeu recursos até o fim do exercício de 2016;

III – Instrumento Financeiro Fiduciário: mecanismo financeiro destinado a captar recursos, cujo principal, sempre que possível, deverá ser preservado de forma a assegurar a gestão das unidades de conservação criadas pelo poder público estadual, especialmente as suas despesas correntes, visando à sua sustentabilidade financeira em caráter permanente. Este instrumento divide-se entre: III-A Instrumento Financeiro Fundo Fiduciário, que recebeu o montante de R\$ 27,8 milhões provenientes da transferência do saldo do Instrumento Fiduciário do Convênio 003/2009 e já na vigência do Acordo de Cooperação gerou rendimentos financeiros na ordem de R\$ 0,7 milhões, encerrando o exercício de 2016 com um saldo de R\$ 28,5 milhões; e III-B Instrumento Financeiro Fiduciário da Conta vinculada constituído de uma conta bancária de número 25.738-9 no Banco do Brasil que é utilizada para alimentar 33 cartões pré-pagos vinculados às Unidades de Conservação e Núcleos. No encerramento do Convênio 003/2009 e início do Acordo de Cooperação 04/2016 esta conta contava com o saldo de R\$ 1,7 milhões e no decorrer do período do Acordo de Cooperação até o fim do exercício R\$ 0,1 milhão foi utilizado na alimentação dos cartões e o saldo da conta fechou o ano com R\$ 1,6 milhões.

IV – Instrumento Operacional de Restauração Florestal: mecanismo destinado a operar projetos oriundos da obrigação de reposição florestal, prevista na Lei Federal 11.428/2007, devida pelo corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados pelo INEA, bem como nas demais obrigações consistentes em restauração florestal. Já na vigência do Acordo de Cooperação este instrumento recebeu recursos no montante de R\$ 0,9 milhões que, após aplicados por breve período, resultou em um saldo de R\$ 0,9 milhões no final do exercício de 2016;

V – Instrumento Termo de Ajustamento de Conduta - TAC: mecanismo destinado a operar projetos ambientais oriundos de TAC's celebrados com pessoas físicas ou jurídicas para ajustar sua conduta com o órgão ambiental face aos danos ambientais por elas praticados. Este instrumento recebeu R\$ 10,3 milhões provenientes do instrumento de Outras Fontes do Convênio 003/2009 e R\$ 5,0 milhões já na vigência do Acordo de Cooperação 02/2016, que acrescidos de rendimentos financeiros e transferências gerou um saldo de R\$ 16,8 milhões ao final do exercício de 2016;

VI – Instrumento Operacional de Outras Fontes: mecanismo destinado a operar programas estaduais de proteção ambiental cuja origem não sejam as hipóteses dos incisos I, II, III, IV e V. Este instrumento recebeu R\$ 13,8 milhões provenientes do instrumento de Outras Fontes do Convênio 003/2009 e ao longo da vigência do Acordo de Cooperação 04/2016 gerou R\$ 0,4 milhões, encerrando o exercício fiscal com um saldo de R\$ 14,2 milhões.

No quadro desta Nota Explicativa, é possível identificar a totalidade dos recursos utilizados no âmbito de cada um dos instrumentos contratuais (Convênio 003/2009 e Termo de Cooperação 04/2016), bem como confirmar a migração dos recursos das contas do Banco do Brasil para as contas no Gestor Financeiro do mecanismo, o Bradesco.

12.3 TFCA – Tropical Forest Conservation Act

O Tropical Forest Conservation Act (TFCA) é resultado de um acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos que visa a troca de dívidas contraídas por países junto ao Governo Norte-americano por investimentos na conservação e no uso sustentável das florestas. Em todo o mundo, mais de dez países já firmaram o acordo com os EUA. O FUNBIO é a secretaria executiva da Conta TFCA, que recebe os recursos e os direciona para projetos em áreas com remanescentes dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, que, juntos, cobrem cerca de 50% do país. O total da troca de dívida foi de US\$ 20,8 milhões.

A partir de 2011, o TFCA lançou sete chamadas de projetos, que resultaram no apoio a 89 projetos, inseridos nas seguintes linhas temáticas: Áreas Protegidas; Manejo de Paisagem; Capacitação; Manejo de Espécies; Projetos Comunitários; Fortalecimento de Rede; Capacitação para a Mobilização de Recursos Financeiros; e apoio a projetos na bacia do rio São Francisco no bioma Caatinga

Em 2016 as seguintes atividades foram desempenhadas:

- Finalização das avaliações técnicas e financeiras dos 82 projetos apoiados até 2015;
- Lançamento da Chamada para apoio a Projetos na bacia do rio São Francisco no bioma Caatinga (3º ciclo de apoio a projetos);
- Início do 2º ciclo para execução de projetos, incluindo reuniões do Comitê da Conta, capacitação de executores, elaboração de manuais operacionais, preparação de sistema on-line (cérebro) e demais ações pertinentes;
- Apoio ao evento da RedLAC.

No decorrer de 2016 a Conta TFCA operativa não recebeu parcelas, tendo em vista a quitação da dívida. E, executou desembolsos da ordem de R\$ 1,5 milhão (2015: R\$ 6,4 milhões), gerando rendimentos da ordem de R\$ 0,3 milhões, tendo um saldo disponível ao final do período no valor de R\$ 2,4 milhões (2015: R\$ 3,7 milhões).

12.4 Fundo Kayapó

Fundo patrimonial criado e desenhado pelo FUNBIO para apoiar organizações Kayapó no longo prazo e aumentar a capacidade das Terras Indígenas Kayapó de manterem sua integridade física. O FK recebeu doações que totalizam de R\$ 15,5 milhões, oriundas do Fundo Amazônia, por meio do BNDES, e da Conservação Internacional (CI-Brasil). O FUNBIO é o gestor dos recursos que devem ser destinados a projetos formulados por organizações indígenas vinculadas a essa etnia.

Em 2016, não houve desembolso no Fundo, mas foi aberta a terceira chamada de projetos do Fundo Kayapó a partir da qual foram selecionados três novos projetos, no valor de R\$ 3 milhões, a serem executados nos anos de 2017 e 2018, por três diferentes organizações indígenas. O Fundo gerou rendimentos financeiros da ordem de R\$ 2,5 milhões no ano e ao fim do exercício apresenta saldo de R\$ 18,6 milhões. A conta operativa do Projeto desembolsou o montante de R\$ 0,5 milhões em 2016.

Paralelamente, deu-se sequência à execução dos projetos do segundo ciclo, os quais responderam pelos seguintes avanços:

- Mapeamento do desmatamento, degradação florestal e focos de calor nas terras indígenas Kayapó, Mêkrãgnoti e Las Casas;
- Cinco expedições de monitoramento territorial em terras indígenas Kayapó;
- Apoio à representação de líderes Kayapó em fóruns nacionais de relevante significado político para a etnia, bem como em diversas reuniões em Brasília com Câmara e Senado, Casa Civil, Secretaria especial da Presidência da República, Presidência e Diretorias da Funai e Poder Judiciário;
- Apoio à produção, beneficiamento e comercialização de castanha, cumaru e artesanato Kayapó (incluindo a estruturação de três lojas de artesanato);
- Apoio à gestão de estoques das cadeias produtivas;
- Apoio à assistência técnica e extensão rural em diversas aldeias;
- Custeio de atividades administrativas das organizações indígenas beneficiárias (salários, realização de assembleias gerais);
- Capacitação de indígenas na produção de qualidade e comercialização do artesanato Kayapó (qualidade do artesanato, perfil do cliente da arte Kayapó, precificação do artesanato e certificação de origem dos produtos comercializados);
- Aquisição de equipamentos audiovisuais para monitoramento remoto (HD Externo, Pen Drive, Drone para Imagens Aéreas, iPhone para uso no Drone);
- Aquisição de ferramentas e suprimentos de campo para apoio a atividades agroextrativistas;
- Aquisição de equipamentos e ferramentas para reestruturação de Casas de Farinha;
- Elaboração de vídeos sobre a produção de castanha e mobilização política indígena.

O FUNBIO realizou visitas de monitoramento à três aldeias Kayapó, localizadas ao longo do rio Xingu: Kokraimoro, Pukararankre e Rikaró, bem como à sede da Associação Floresta Protegida, uma das organizações indígenas beneficiárias do FK, onde pode ser verificada a qualidade técnica e financeira do trabalho desempenhado pela instituição beneficiária.

Ao longo do ano, foram realizadas, ainda, uma reunião da comissão de doadores e uma da comissão técnica, para aprovação do montante a ser retirado do Fundo Kayapó para apoio a projetos e demais despesas associadas para aprovação dos projetos e a operacionalização do terceiro ciclo.

12.5 Adoção de Parques

Esta modalidade de apoio, criada em 2011, busca investimentos voluntários privados para estruturar e promover a manutenção de Unidades de Conservação (UCs) Federais, Estaduais ou Municipais visando a conservação da Biodiversidade. O FUNBIO administra as doações e presta serviços de compras e contratações especializadas, controle financeiro e relatoria. Em contrapartida ao aporte de recursos, as empresas têm seu patrocínio reconhecido e ganham visibilidade em ações de comunicação.

Os contratos vigentes são:

Parque	Área (mil hectares)	Recursos Contratuais
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	10,9	R\$ 4,3 milhões - OGX
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	155	R\$ 3,5 milhões – MPX/ENEVA

Em 2016, deu-se continuidade na execução dos recursos aportados pelas empresas OGX e pela Eneva, ex-MPX, para os Parques Nacionais de Fernando de Noronha (PE) e dos Lençóis Maranhenses (MA), respectivamente. O planejamento atual busca a execução dos recursos já liberados pelos doadores, sem considerar parcelas a serem liberadas.

Desde o início do projeto foram executadas obras de infraestrutura conforme segue:

- Em Lençóis Maranhenses, as principais foram: construção da Ponte do Riacho do Cedro, que permite acesso à Lagoa Azul (um dos principais pontos turísticos do Parque); construção de garagem náutica/terrestre; reforma do Posto Avançado de Atins, que inclui alojamento e subsele administrativa do Parque; reforma e manutenção de todos os veículos, que incluem embarcações, automóveis e quadriciclos; construção da sede administrativa do parque e fiscalização da obra e manutenção de infraestrutura e equipamentos. Essas reformas e manutenções foram fundamentais para que as atividades de fiscalização pudessem acontecer.
- Em Fernando de Noronha, foram realizadas reforma e ampliação da sede administrativa, elaboração de projeto para reforma e ampliação do alojamento de pesquisadores, compra de bens e manutenção de veículos e infraestruturas já existentes no Parque. Móvel e equipamento no alojamento de pesquisadores e sede administrativa, reforma de apartamento funcional do chefe do Parque, elaboração de projeto para a reforma do Mirante do Boldró.

O programa conta ainda com um aporte no valor original de R\$ 300 mil efetuado pela BP Brasil em 2012 para apoiar ações relacionadas à administração e gestão ambiental de UC's, o projeto encontra-se em vias de concepção.

Ao fim do exercício de 2016, o programa Adoção de Parques apresenta um saldo de R\$ 0,6 milhões (R\$ 2015: R\$ 2,2 milhões), tendo executado R\$ 1,8 milhões (2015: R\$ 655 mil) em suas atividades. Não houve aportes de recursos durante os exercícios de 2015 e 2016.

12.6 Programa Juruti sustentável – Funjus e Conjus

O Fundo Juruti Sustentável (Funjus) é uma experiência inovadora de apoio financeiro à implementação de projetos socioambientais no Município de Juruti, no Estado do Pará. Desenvolvido pelo FUNBIO, integra a estratégia de desenvolvimento Juruti Sustentável, que abrange também o fórum consultivo denominado Conselho Juruti Sustentável (Conjus) e os Indicadores de Desenvolvimento, com uma linha de base sistematizada pela Fundação Getúlio Vargas (GV-CES) em uma metodologia de construção conjunta com a comunidade.

O ano de 2013 marcou o início de uma fase de transição do Funjus. O FUNBIO que realiza a gestão do fundo desde a sua criação há 04 anos iniciou uma transição operacional que atribui ao Conjus a seleção e execução dos próximos editais. Para cumprimento deste plano de transição está prevista uma capacitação de 3 meses para a equipe local do Conjus e monitoramento num prazo total de 18 meses a partir de janeiro/2014. Esta capacitação foi concluída no primeiro semestre de 2016.

Em 2014, o modelo de repasse das informações, prevista na transição supracitada, foi o de uma capacitação sobre as ferramentas de gestão, dividida em 12 módulos que abordam os temas: introdução aos conceitos de fundos; gestão do conselho; gestão da secretaria executiva; gestão de doadores; plano de comunicação; gestão de informação e documentos; seleção; contratação;

execução; monitoramento e avaliação; planejamento financeiro; e controle contábil. Ainda em 2014 foram efetuados repasses para a institucionalização do Conjus e para o Projeto de Conservação dos Quelônios.

Os módulos foram divididos em cinco encontros em Juruti: quatro entre maio a novembro de 2014 e o último realizado em 2015, no FUNBIO com a proposta de apresentar o trabalho de outros parceiros. Paralelamente, foi realizada a supervisão das atividades da nova secretaria executiva do Funjus, com a orientação sobre os procedimentos para atuação, bem como a gestão financeira dos ativos do Fundo.

O FUNBIO é o depositário dos recursos do Funjus efetuando a guarda e gestão dos investimentos, realizando os desembolsos para o Conjus, conforme demanda. Ao fim do exercício de 2015, o saldo do Funjus montava R\$ 3,4 milhões (2014: R\$ 3,1 milhões).

Em 2016 foi realizada a transferência do saldo total do Projeto, no montante de R\$ 3,5 milhões, para o IJUS – Instituto Juruti Sustentável, instituto criado para realizar as atividades do Conjus. Esta etapa final consolida o sucesso na realização do Projeto com a profissionalização local de entidade, tendo o FUNBIO cumprido integralmente o seu papel.

12.7 Fundo de Oportunidades do Projeto Probio II - Projeto Nacional de Ações Integradas Público Privadas para Biodiversidade

O Probio II chegou ao fim em 2014, e finalizou a prestações de contas em 2015, com parcerias firmadas com o setor privado para a execução de 7 subprojetos em 6 territórios produtivos para incorporar práticas adequadas e estratégias favoráveis à biodiversidade. Estes Territórios estão distribuídos em 3 biomas - Amazônia, Mata Atlântica e Pampa.

A estratégia foi manter o foco em territórios com múltiplas atividades econômicas, como agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal, localizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Para assegurar a sustentabilidade das ações a médio e longo prazo, foram trabalhadas diferentes agendas, entre elas fortalecimento de cadeias produtivas, estímulo à silvicultura de espécies nativas, produção de alimentos orgânicos, novos arranjos financeiros que incorporam o componente ambiental, biodiversidade e saúde.

Para dar suporte e continuidade ao apoio aos Subprojetos, o Probio II criou o Fundo de Oportunidades, que consiste em um mecanismo financeiro que permite agregar a conservação da biodiversidade às iniciativas do setor privado.

É por meio do Fundo de Oportunidades que os Subprojetos recebem os recursos financeiros para realizarem trabalhos em cadeias produtivas nos seis territórios, como também as ações de monitoramento para avaliar os resultados alcançados. O aporte inicial ao Fundo de Oportunidades foi da ordem de R\$ 13.2 milhões.

Em 2016 as seguintes ações foram executadas no âmbito do Fundo de Oportunidades:

- A Comissão Técnica do Fundo de Oportunidades reuniu uma vez para avaliação dos subprojetos territoriais em execução e aprovação da alteração do objeto e localização do subprojeto da TNC;

- Em execução 4 subprojetos territoriais:
 - “Fomento da Economia Florestal (cacau cabruca, turismo, silvicultura tropical e PSA) no Litoral Sul da Bahia”, em parceria com o Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável;
 - Incorporando a sustentabilidade ambiental na cadeia produtiva de Celulose no ES: floresta renovável aliada a conservação da biodiversidade;
 - “Economia da Floresta – Uma iniciativa demonstrativa na Resex Tapajós-Arapiuns”, em parceria com o Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental / Projeto Saúde e Alegria;
 - “Saúde silvestre e inclusão digital: a participação de comunidades no monitoramento e na aplicação de boas práticas para o controle e prevenção de zoonoses emergentes”, em parceria com Fundação Oswaldo Cruz/FIOTEC;
- Foram encerrados 2 subprojetos territoriais:
 - “Promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável no Município de Juruti e entorno”, em parceria com o Conselho Juruti Sustentável;
 - “Planejamento e gestão de um território de sustentabilidade: conservação, serviços ambientais, engajamento das comunidades locais e desenvolvimento socioeconômico no Vale do Ribeira, SP”, em parceria com a Votorantim Industrial.
- O Subprojeto “Fomento às Boas Práticas Pecuárias para a Conservação e Uso Sustentável dos Campos Nativos do Bioma Pampa – PROPEC PAMPA/FUNBIO”, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/RS) não iniciou sua execução;

Durante o exercício de 2016 o Fundo de Oportunidades desembolsou o montante de R\$ 1,5 milhões nas iniciativas acima. O Fundo apresenta um saldo a desembolsar de R\$ 7,6 milhões ao fim do ano fiscal.

12.8 GEF Cerrado – Iniciativa Cerrado Sustentável

Projeto encerrado, conforme “Closing Note” enviada pelo Banco Mundial em novembro de 2015, atingindo o objetivo de apoiar o Ministério do Meio Ambiente na formulação e na implementação de políticas e no monitoramento do Bioma Cerrado. Além de coordenar e supervisionar a iniciativa, o projeto “Políticas e monitoramento do bioma Cerrado” construiu instrumentos para a implementação de parte dos objetivos e das diretrizes do Programa Cerrado Sustentável. Entre estes objetivos estão o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Cerrado, por meio da criação de UCs; do uso sustentável da biodiversidade dentro da paisagem produtiva; do desenvolvimento e do fortalecimento de políticas públicas; do fortalecimento da gestão efetiva das unidades; do monitoramento do bioma.

No início de 2016 foi realizado encerramento das contas do projeto, com a devida destinação de valores de sobras.

12.9 GEF Polinizadores - Conservação E Manejo De Polinizadores Para Uma Agricultura Sustentável Por Meio De Uma Abordagem Ecosistêmica – Polinizadores Do Brasil

Iniciativa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e financiamento do Global Environment Facility (GEF).

O projeto visou consolidar uma base de conhecimento integrada sobre os serviços de polinização; promover a efetiva conservação e uso sustentável dos polinizadores para a agricultura; ampliar a capacidade dos agricultores e pequenos proprietários em conservar e utilizar de forma sustentável os serviços de polinização; e promover políticas públicas e ações de conscientização da população.

No total, foram apoiados 57 bolsistas de 19 instituições em mais de 10 estados do Brasil, que atuaram na geração de dados primários sobre os polinizadores. Cinco novas espécies de abelhas foram identificadas com apoio do projeto. Foram produzidas mais de 40 publicações e estudos, que levantaram, além de importantes informações e curiosidades, nove boas práticas para impulsionar a polinização no campo. O projeto elaborou ainda o *Manual de Boas Práticas para Agricultores* e sete planos de manejo das seguintes culturas: caju, maçã, canola, tomate, melão, castanha e algodão.

Para divulgar os resultados, foi feita uma parceria com a campanha “Sem Abelha Sem Alimento” (*Bee or not to be*), direcionada, prioritariamente, a produtores rurais. A campanha incluiu a criação de uma página na internet, contendo informações sobre os polinizadores; a produção de uma cartilha educativa para crianças de 8 a 11 anos; a veiculação de *spots* de rádio, em 200 municípios e 10 estados e informes diversos em mídias sociais. Uma parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, entregou 200 cartilhas, destinadas à 33 turmas de 17 escolas, com mais de 700 alunos atingidos. No site da Rede Polinizadores do Brasil (<http://www.polinizadoresdobrasil.org.br/index.php/en/redes>) foram disponibilizados os principais resultados do Projeto.

Em 2016 o Projeto foi encerrado com a diagramação, divulgação em sites, impressão e distribuição de 20.000 exemplares de oito publicações, a saber: plano de manejo da canola; plano de manejo da maçã; plano de manejo do tomate; plano de manejo do algodão; plano de manejo da castanha; plano de manejo do melão; manual de boas práticas para agricultores e da cartilha “Mais abelhas, mais algodão”. A execução no exercício de 2016 foi no valor de R\$ 0,1 milhões.

12.10 Carteira Fauna Brasil

A Carteira de Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros Brasileiros - Carteira Fauna Brasil é um mecanismo financeiro que recebe recursos provenientes de sanções penais, multas administrativas ambientais, doações, patrocínios e outras fontes. Fruto de uma parceria com o Ibama, o ICMBio e o Ministério Público Federal, tem por objetivo financiar programas e projetos de conservação da fauna brasileira ameaçada de extinção.

No projeto Ararinha na Natureza, a Carteira Fauna apoiou a vinda de dois casais de ararinhas-azuis (*Cyanopsitta spixii*) doados ao governo brasileiro. Um da Alemanha e um do Catar, e a reunião periódica de monitoria do Plano de Ação Nacional (PAN) da espécie na sede da Al Wabra, no Catar, principal criadouro da espécie extinta em 2000 na natureza. Em 2016 foram executados R\$ 388 mil (2015: R\$ 111 mil) e o saldo financeiro do projeto ao fim do exercício monta R\$ 638 mil (2015: R\$ 1,1 milhões).

No projeto Sirênios, praticamente encerrado em 2015, foi discutido orçamento para utilização de saldo do projeto, que no fim do exercício de 2016 monta R\$ 119 mil.

O Fundo Fauna apresenta um saldo de R\$ 550 mil no fim do exercício de 2016 (2015: R\$ 543 mil), tendo recebido durante este período R\$ 29 mil e gerado rendimentos da ordem de R\$ 67 mil.

Em 2016, a Carteira Fauna continuou o Apoio e acompanhamento da execução de 11 projetos de conservação da fauna brasileira ameaçada de extinção, como peixes recifais (budiões), tartarugas marinhas, mamíferos marinhos (dentre os quais toninha, baleia jubarte e peixe-boi), felinos de médio e grande porte da região norte de Rondônia, papagaio da cara roxa e ararinha-azul;

Outras ações em 2016 foram: o retorno da Vitrine de Projetos de Fauna em operação; e a renovação do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre FUNBIO, ICMBio, IBAMA e Ministério Público Federal para implementação da Carteira Fauna Brasil.

12.11 Compromisso pela Amazônia – ARPA para a Vida – Novas Fontes

O projeto ARPA para a Vida tem como objetivo criar e implementar uma nova estratégia de financiamento para o programa ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia. O modelo combina os recursos já depositados no Fundo de Áreas Protegidas (FAP) com investimentos privados, bi e multilaterais criando um fundo de transição. Este fundo permitirá o aumento gradual dos recursos públicos nas UCs, em 25 anos, para atingir a sustentabilidade financeira do programa.

Lançado durante a Rio+ 20, a iniciativa reúne o WWF, o FUNBIO, o Linden Trust for Conservation, a Fundação Gordon e Betty Moore, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o ICMBio, com o apoio dos demais parceiros do ARPA.

Em 2016 os resultados alcançados foram: Revisão da estratégia para o projeto com o AM (em fase de finalização) e a Capitalização do Fundo Amapá (via CI e Global Conservation Fund)

No exercício de 2016 foram executados R\$ 21 mil (2015: R\$ 279 mil) considerando as parcelas de reembolso da equipe do FUNBIO. E o saldo de recursos relacionados ao projeto monta R\$ 115 mil.

12.12 Projeto de Capacitação da RedLAC para Fundos Ambientais

O Projeto, encerrado praticamente em 2015, tem como objetivo fortalecer os fundos ambientais em sua operação e no uso de mecanismos financeiros inovadores que reduzam a dependência de doações e diversifiquem as fontes de recursos. O projeto, que reúne os fundos da América Latina, Caribe e África, promove a troca de experiências, a sistematização de estudos de casos e melhores práticas, a construção de metodologias em grupos de trabalho e projetos piloto para testar novos mecanismos para a conservação.

O Projeto também co-financiou 5 projetos piloto para testar mecanismos financeiros inovadores, que buscaram conectar os fundos a novas fontes de recursos. Entre os principais resultados está a criação da rede africana de fundos ambientais, a CAFÉ, que hoje trabalha em conjunto com a RedLAC em um novo projeto de fortalecimento para os fundos de ambas regiões – Projeto K - que começou em 2015 e terminará em 2018.

Todos os conteúdos produzidos nos quatro anos de projeto foram traduzidos para o inglês, espanhol e francês e estão disponíveis nos sites do FUNBIO e da RedLAC. Em 2016 foram utilizados os recursos remanescentes para publicações finais.

12.13 GEF Nutrição - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para a Melhoria da Nutrição e Bem Estar Humano

O Projeto atua na promoção de espécies nativas com alto valor nutricional, mas desconhecidas ou pouco utilizadas por questões culturais, na dieta cotidiana brasileira. Além de promover o conhecimento científico sobre estas espécies, o projeto foca na disseminação de informação e em políticas públicas para compra de alimentos, preço mínimo e introdução de produtos da biodiversidade brasileira na merenda escolar e em programas de alimentação do governo.

Este projeto, em parceria com a Bioversity International e com financiamento do Global Environmental Facility (GEF) por meio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), teve início na segunda metade do ano de 2012. Cabe ao FUNBIO a administração dos recursos do projeto no Brasil.

Em 2016 as seguintes atividades e resultados foram alcançados pelo Projeto:

- Os dados compilados para 49 espécies prioritárias pelas universidades parceiras mostraram a falta de dados confiáveis sobre fibra dietética, vitaminas e minerais para a maioria das espécies. A análise da composição de alimentos está sendo realizada para preencher esta lacuna de dados através de parcerias com as Universidades Federais do Ceará (UFC), Goiás (UFG), São Paulo (UNIFESP), Rio Grande do Sul (UFRGS) e com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). A análise de nutrientes para mais 20 espécies está sendo realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- Foi realizado um levantamento do conhecimento tradicional sobre o uso de espécies prioritárias em comunidades quilombolas da região Centro-Oeste, pela UFG e na região Nordeste pela UFC, resultando na publicação de 2 dissertações de mestrado na UFG e 3 teses de bacharelado na UFC;
- Informações adicionais estão sendo usadas para identificar oportunidades e barreiras para inclusão de algumas dessas espécies no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Até à data, a parceria com universidades e institutos de pesquisa resultou na publicação de:
 - 2 dissertações de mestrado na UFC no primeiro semestre de 2016
 - 3 Teses de Licenciatura na UFC no primeiro semestre de 2016
 - 2 dissertações de mestrado na UFG no primeiro semestre de 2016
 - 2 dissertações de mestrado na USP em 2015
 - 1 dissertação de mestrado na UNIFESP no segundo semestre de 2016
- A iniciativa Plantas para o Futuro continua a compilar e documentar o conhecimento científico e tradicional sobre as espécies prioritárias das regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil. A colaboração com a Divisão Horticultural da EMBRAPA (EMBRAPA Hortaliças) levou à inclusão de seis vegetais nativos na publicação do “Plantas para o Futuro” para a região Centro-Oeste, que foi concluída em dezembro de 2016 e atualmente está sendo avaliada pelo Comitê Editorial do MMA;

E ainda, publicações e divulgação internacional do projeto; Reunião do Comitê Nacional em novembro de 2016; Revisão de Meio Termo do Projeto no Brasil, com visita aos parceiros e

revisão dos resultados alcançados; Reunião do Comitê internacional do projeto em novembro de 2016 na Turquia; Revisão orçamentária anual e do projeto como um todo; Elaboração da LOA 2017.

Durante o exercício de 2016, o projeto investiu R\$ 991 mil (2015: R\$ 449 mil) e recebeu R\$ 822 mil (2015: R\$ 984 mil), havendo recursos no projeto com saldo de R\$ 1,04 milhões (2015: R\$ 1,2 milhões).

12.14 Fundo Paiter Surui

O Fundo Paiter Surui é um mecanismo financeiro voltado para implantar o Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro, segundo princípios de boa governança e transparência, com a participação ativa dos conselhos representativos indígenas nas decisões. Os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono e os provenientes de outras fontes serão parte integrantes do Fundo Paiter Surui, que tem o FUNBIO como responsável pelo seu desenho e por sua gestão financeira.

Os índios Surui lutam pela conservação de seus recursos naturais, e na última década, liderados por Almir Surui, elaboraram um plano estratégico de 50 anos para a conservação, a proteção e a sustentabilidade de suas terras. Para financiar este plano, desenvolveram um projeto de carbono de REDD+ e um fundo para receber os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono, além de recursos de outras fontes. O FUNBIO desenhou e faz a gestão do fundo que financia projetos propostos pelas associações do povo Surui.

Em 2014 e 2015, foram realizados desembolsos de recursos para as associações, e duas capacitações: A primeira para a Associação Metareilá sobre as ferramentas de gerenciamento do fundo, e a segunda direcionada às associações indígenas sobre as ferramentas de gestão de projetos comunitários.

Também foi feita a venda de todos os créditos do primeiro período de verificação, sendo 170 mil VCU (Verified Carbon Unities) para o programa de compensação voluntária de emissões de GEE da Natura e 75 mil VCU para a The Carbon Neutral Company Limited visando a neutralização de emissões de GEE associados com a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

Este projeto contribui para a consolidação e alcance das propostas e metas da Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) e do Plano de Ação para a Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM). Na escala regional o projeto se alia aos objetivos do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento do Estado de Rondônia.

Em 2016, foram investidos R\$ 347 mil (2015: R\$ 779 mil) e novas entradas de recursos no montante de R\$ 33 mil (2015: não houve ingresso de recursos). Foram gerados rendimentos da ordem de R\$ 76 mil (2015: R\$ 124 mil). O saldo da conta operativa do fundo ao fim do exercício monta R\$ 654 mil (2015: R\$ 1,1 milhões).

12.15 REDD+ em UCs – Projeto Demonstrativo de Crédito de Carbono Florestal na Resex Tapajós-Arapiuns (ICCO Foundation)

O Projeto REDD+ em UCs – Projeto Demonstrativo de Crédito de Carbono Florestal na Resex Tapajós - Arapiuns é fruto de uma parceria entre Associação Tapajoara, o Instituto Chico Mendes

de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e Center for Environment, Economy and Society da Universidade de Columbia (CEES), com apoio técnico da Biofílica Investimentos Ambientais S.A. e financiado com recursos da ICCO Foundation no valor de EUR 250,000.00.

O projeto tem como objetivos a implantação de um projeto demonstrativo de Carbono Florestal com a utilização do sistema de Créditos de Áreas Protegidas do Rainforest Standard, (The RFSPAC™ - sigla em inglês), como alternativa de financiamento das atividades do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

O projeto iniciou em julho de 2014 com a apresentação da proposta ao Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Tapajós - Arapiuns que concordou com a mesma. Em outubro de 2014, a ICCO Foundation e o FUNBIO assinaram o contrato para desenvolver e financiar o projeto. Em dezembro de 2014 foi depositada a primeira parcela do financiamento. Nesse mesmo mês, o FUNBIO e Biofílica assinaram um contrato, com o objetivo de promover a elaboração dos trabalhos de confecção de um Mapa de Área Protegida e um Documento de Concepção de Projeto para elaboração de um Projeto Demonstrativo de Crédito de Carbono Florestal na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns ("Projeto"), seguindo os princípios e critérios apresentados pelo "Rainforest Standard for Protected Areas Credit" ("Certificação").

Em agosto de 2015, com o trabalho de campo, aproximadamente pela metade, o ICMBio suspendeu o projeto em decorrência de protestos indígenas relacionados principalmente com questões além do projeto (demarcação de territórios indígenas). Estas circunstâncias não foram previstas, e impediu o projeto de completar o trabalho planejado, razão pela qual os investimentos ficaram aquém do previsto. Dessa forma, como o Projeto não foi concluído, o FUNBIO encaminhou em 11 de fevereiro de 2016 a prestação de contas final ao doador, solicitando orientações de como proceder com o saldo financeiro do projeto.

Em 2016 a ICCO Foundation orientou o FUNBIO a proceder com a devolução do saldo financeiro do projeto. Foram devolvidos R\$ 287 mil, após o reconhecimento de rendimentos financeiros líquidos de R\$ 6 mil e variação cambial negativa da ordem de R\$ 34 mil.

12.16 Projeto Áreas Marinhas Protegidas - GEF MAR

O Projeto tem por objetivo apoiar a criação e implementação de um sistema representativo e efetivo de áreas marinhas e costeiras protegidas (AMCPs) para reduzir a perda de biodiversidade. Trata-se de um plano de ação amplo, em que várias agendas podem ser integradas em prol da conservação marinha e costeira. Essa é uma iniciativa do FUNBIO em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), ICMBio, Ministério de Minas e Energia (MME/Petrobras), financiado pelo Global Environment Facility (GEF) via Banco Mundial. A meta principal é a criação e a consolidação de 120 mil km² de áreas marinhas protegidas. Com isso, o percentual de áreas protegidas no Brasil passará de 1,5% para 5%.

O GEF Mar tem o valor total de cerca de US\$ 116 milhões, contando com um investimento do GEF de US\$ 18,2 milhões, US\$ 20 milhões da Petrobras e contrapartidas da própria empresa em bens e serviços economicamente mensuráveis, que chegam a US\$ 70 milhões adicionais. O projeto conta ainda com contrapartidas do MMA e ICMBio.

Este projeto é um exemplo do envolvimento do setor privado e do comprometimento governamental na conservação da biodiversidade marinha, sendo considerado pelo Banco Mundial como um modelo para o Global Partnership for Oceans (GPO), uma aliança crescente de mais de 100 governos, organizações internacionais, setor privado e grupos da sociedade civil, incluindo o FUNBIO, comprometidos com a conservação dos oceanos.

No início de 2014, foi realizada a primeira oficina para avaliação das demandas das Unidades de Conservação (UCs) e centros de pesquisa, visando subsidiar a elaboração dos planos operacionais anuais que detalham as atividades e recursos necessários para a implementação do projeto.

As negociações referentes aos termos do contrato, condições de desembolso, e detalhamento do projeto foram conduzidas pelo Banco Mundial com o envolvimento de todos os parceiros, e ainda em 2014 foram assinados o Acordo de Doação entre o FUNBIO e o Banco Mundial, bem como, os Acordos de Cooperação Técnica entre o FUNBIO e o MMA, e entre o FUNBIO e o ICMBio, que permitiram que o projeto entrasse em efetividade antes da virada do ano, sendo que não houve recebimento de recursos até o fim do exercício de 2014.

Em 2015 foram recebidos os primeiros recursos para o projeto, R\$ 3,6 milhões e executados R\$ 908 mil.

Em 2016 Foram recebidos R\$ 3,1 milhões em aportes ao projeto e executados R\$ 3,3 milhões, com a realização das seguintes atividades:

- Manutenção do GT do Componente 2 (Sustentabilidade Financeira) do Projeto;
- Oficina para revisão do planejamento de atividades e capacitação em procedimentos operacionais, envolvendo os gestores de todas as unidades executoras do Projeto (ICMBio) e MMA;
- 3ª e 4ª Missões de Supervisão do Projeto (Parque Nacional da Lagoa do Peixe, Parque Nacional Marinho e Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha);
- Apoio a projetos de participação comunitária;
- Reuniões ordinárias de Coordenação do Projeto, com MMA, ICMBio e Banco Mundial;
- Entrega dos primeiros lotes de bens comprados pelo FUNBIO para o Projeto;
- Continuidade de negociações com Petrobras pelo MMA;
- Componente 2: início do mapeamento de fontes de recursos e apoio ao modelo de custos;
- Implementação de mecanismos de execução inovadores, como compras e contratações locais e cartões combustível, de alimentação e refeição e contratos guarda-chuvas para demandas recorrentes.

12.17 Projeto K - "KNOWLEDGE FOR ACTION"

O Projeto tem como objetivo fortalecer os fundos em sua operação e no uso de mecanismos financeiros inovadores que reduzam esta dependência e diversifiquem as entradas de recursos. Além de oficinas de capacitação com diferentes temas e mentorias em pares de fundos ambientais, o projeto cofinanciará a implementação de mecanismos financeiros inovadores por meio de uma chamada de propostas dirigida aos fundos ambientais da América Latina e Caribe (RedLAC) e do Consórcio de Fundos Africanos (CAFÉ). A iniciativa conta com recursos da ordem de EUR 1,6 milhões + US\$ 0,9 milhões garantidos pelo FFEM, a Fundação Mava e o GEF.

Os principais resultados em 2016 foram:

- Financiamento de 10 estudos de pré-viabilidade de mecanismos financeiros inovadores;
- Seleção de 5 dos estudos citados acima para a implementação de um piloto;
- Apoio a atividades de mentoria entre 7 pares 1 grupo de Fundos (RedLAC e CAFÉ);
- Realização de 2 oficinas de capacitação: Brasil e Malawi;
- Desenvolvimento de um estudo sobre as redes, resultando na elaboração de linha de base e plano de monitoramento por indicadores;
- Comunicação do projeto na Conferência Internacional sobre Conservação (IUCN Havaí) e nas assembleias da RedLAC (Brasil) e CAFÉ (Malawi).

O Projeto executou recursos da ordem de R\$ 1,8 milhões (2015: 458 mil) e apresentava saldo financeiro na rubrica de recursos do projeto de R\$ 2,0 milhões no fim do exercício de 2016 (2015: 83 mil).

12.18 Projeto Moore Sustentabilidade

O objetivo do projeto é a sustentabilidade financeira das áreas protegidas da Amazônia, incluindo as zonas do ARPA, aprimorada por meio da consolidação de mecanismos de compensação e fontes de financiamento alternativas para quatro estados prioritários na Amazônia brasileira (Amapá, Pará, Rondônia e Amazonas) e Governo Federal. O Projeto parte de uma doação de US\$ 700 mil da Gordon & Betty Moore Foundation e Linden Trust for Conservation;

Em 2016 foram executados R\$ 210 mil em recursos do projeto (2015: R\$ 892 mil) e recebidos R\$ 659 mil (2015: R\$ 1,9 milhões).

As principais realizações em 2016 foram:

- Três eventos de diálogo sobre compensação ambiental realizados (Pará e Cuiabá) em parceria com a Abrampa e a Coalizão Pró-UC;
- Capacitação da equipe do FUNBIO em direito tributário, com foco em créditos realizados;
- Início do desenho de estratégias para crédito tributário;
- Estabelecimento do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Conservação na Coalizão Pró-UC, liderado pelo FUNBIO;
- Estabelecimento de parceria com a Abrampa para discutir obrigações legais como instrumento de financiamento da conservação;
- Desenho de estratégia para Fundo Privado para a compensação ambiental, em parceria com o próprio setor privado.

12.19 Termo de Execução de TAC – Chevron do Brasil

A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC pela empresa Chevron Brasil e o Ministério Público Federal, com a interveniência da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) deu origem a cinco projetos, no montante de R\$ 73 milhões, voltados para a conservação do ambiente marinho-costeiro no Estado do Rio de Janeiro e parte do Espírito Santo. São eles:

- a) Conservação da Toninha na Área de Manejo I (Franciscana Management Area I – FMA I)

O primeiro projeto visa promover a conservação da toninha através da geração de conhecimento sobre a biologia, a ecologia e a viabilidade populacional da espécie na Área de Manejo I (FMA I) e da disseminação do conhecimento adquirido, por meio da viabilização de estudos que embasem técnica e cientificamente as ações propostas para o PAN da toninha. O enfoque é em três metas do Plano de Gestão da Toninha: apoio a ações que contribuam para a geração de subsídios para a avaliação da viabilidade populacional na Área de Manejo I (FMA I) (Meta 1); proposição e implementação de medidas de ordenamento pesqueiro para pesca de emalhe, adequadas à conservação da toninha (Meta 2); e o aumento do conhecimento biológico e ecológico da toninha (Meta 6).

No ano de 2016 o projeto promoveu a formação da Câmara Técnica, composta por especialistas, incluindo representantes do governo e o lançamento de duas Chamadas de Projetos, que resultaram na seleção de três subprojetos de pesquisa, abrangendo toda a Área de Manejo I (FMA I), a capacitação dos responsáveis pelos subprojetos e início ao apoio efetivo, mediante repasse de recursos. Em 2016 foi criada também a logomarca do projeto, com o objetivo de dar uma identidade visual ao projeto.

No presente exercício fiscal o projeto recebeu recursos da ordem de R\$ 3,9 milhões e executou R\$ 623 mil. Uma parcela do contrato no valor de R\$ 1,08 milhões foi depositada em conta do FUNBIO relativa a outro projeto – FMA TAC, vide item 12.2 acima – lançamento este estornado corretamente para este projeto logo após a data-base do encerramento do exercício fiscal, 31/12/2016.

b) Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Rio de Janeiro

O segundo projeto tem como objetivo promover a geração e disseminação de conhecimento científico sobre a biologia, a ecologia e a dinâmica populacional de espécies-alvo da pesca; o status dos estoques pesqueiros; o desembarque pesqueiro; e aspectos nutricionais de espécies-alvo, visando subsidiar o uso sustentável dos recursos pesqueiros no estado do Rio de Janeiro, bem como contribuir para a recuperação e uso sustentável da sardinha-verdadeira por meio da viabilização de ações propostas no Plano de Gestão dessa espécie enfocando o estado do Rio de Janeiro.

Em 2016 ocorreu a formação da Câmara Técnica, composta por especialistas, o lançamento de três Chamadas de Projetos, que resultaram na seleção de 15 subprojetos de pesquisa, a capacitação dos responsáveis pelos subprojetos e início ao apoio efetivo, mediante repasse de recursos. Além disso, foi elaborada logomarca (Pesquisa Marinha) para dar uma identidade visual ao projeto.

No presente exercício fiscal o projeto recebeu recursos da ordem de R\$ 11,0 milhões e executou R\$ 2,8 milhões.

c) Implantação de um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres – CRAS – no Estado do Rio de Janeiro

O projeto Implantação de um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres – CRAS – no Estado do Rio de Janeiro visa contribuir para a proteção da fauna silvestre marinha e costeira no estado do Rio de Janeiro por meio de: (i) recebimento, tratamento e destinação (incluindo soltura) rotineiros de animais silvestres resgatados; (ii) disponibilidade de instalações planejadas para o atendimento à fauna impactada por emergências ambientais; (iii) avanços no conhecimento dos efeitos do óleo e

do cativeiro sobre a fauna marinha e costeira; e (iv) aperfeiçoamento de profissionais nas áreas de Medicina e Conservação de Fauna Silvestre, mediante a avaliação e modificação de protocolos de resposta, desenvolvimento de novas terapias e monitoramento de sobrevivência pós-soltura. O projeto se encontra no período de efetividade.

d) Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas do Estado do Rio de Janeiro

O projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras tem como objetivo promover a conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha do estado do Rio de Janeiro, bem como o uso sustentável dos recursos pesqueiros e o fortalecimento da pesca artesanal, por meio do fortalecimento e apoio a conservação e uso sustentável da biodiversidade em Unidades de Conservação Federais costeiras e estuarinas do estado do Rio de Janeiro. Serão realizadas atividades que visem a consolidação e/ou implantação de cinco Unidades de Conservação costeiras e estuarinas no estado do Rio de Janeiro:

- (i) Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Arraial do Cabo, localizada no município de Arraial do Cabo, Região dos Lagos;
- (ii) Área de Proteção Ambiental (APA) Guapi-Mirim, localizada em parte dos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo;
- (iii) Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara, localizada nos municípios de Itaboraí e Guapimirim;
- (iv) Parque Nacional (PARNA) da Restinga de Jurubatiba, localizado nos municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã; e
- (v) Estação Ecológica (ESEC) Tamoios, entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty.

e) Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda para as Comunidades Pesqueiras.

O projeto Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda para as Comunidades Pesqueiras tem o objetivo promover a conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha do estado do Rio de Janeiro; o uso sustentável dos recursos pesqueiros no estado e o fortalecimento da pesca artesanal como estratégia de longo prazo para contribuir para a sustentabilidade ambiental, social e econômica da atividade, por meio da implementação de projetos de educação ambiental e geração de renda. O projeto se encontra no período de efetividade.

12.20 Termo de Execução de TAC – Aerovale

O Projeto de Compensação Ambiental em Pecúnia para o Empreendimento da Aerovale no Município de Caçapava/SP é oriundo do Termo de Acordo Judicial Definitivo, firmado em 30 de novembro de 2015, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, C.E.A. - Centro Empresarial Aeroespacial Incorporadora Ltda. e Penido Construtora e Pavimentadora Ltda.

A execução do Projeto teve início em 2016, após a assinatura do contrato de colaboração financeira não reembolsável, celebrado entre a C.E.A., a Penido e o FUNBIO, em 25 de janeiro de 2016, no valor total de R\$ 1.141.040,90 (um milhão cento e quarenta e um mil quarenta reais e noventa centavos).

O Projeto apresenta três objetivos que deverão ser alcançados até fevereiro de 2019. O primeiro visa elaborar os Planos de Manejo de duas Unidades de Conservação (UCs) localizadas no Município de Caçapava, a Área de Proteção Ambiental da Serra do Palmital e o Refúgio da Vida Silvestre da Mata da Represa. O segundo contempla a reforma e adequação do canil e do gatil mantidos pela AMAIS – Associação Melhores Amigos dos Animais de Caçapava e o terceiro prevê a implantação do Centro de Controle de Zoonoses no Município de Caçapava.

No primeiro ano de execução, foi elaborado projeto de esgotamento sanitário para a AMAIS e foram iniciadas as atividades para elaboração dos Planos de Manejo, com desembolsos da ordem de R\$ 74 mil e recebimentos efetuados no montante de R\$ 396 mil.

12.21 Projeto de Suporte e Apoio às atividades da R20 no Brasil

R 20 – Regions of Climate Action, é uma organização não governamental fundada em 2010 na Califórnia, Estados Unidos da América que firmou contrato de parceria com o FUNBIO cujo objeto é o apoio operacional para a gestão de recursos aportados pela e para a R20, consistindo em gerenciamento de recursos financeiros para viabilização de recebimentos e pagamentos dos recursos iniciais das atividades da R20 no Brasil.

No primeiro ano da parceria foram recebidos R\$ 474 mil e executadas prestações de contas no montante de R\$ 454 mil.

12.22 Amazônia Live – 1 Milhão de Árvores nas nascentes do Rio Xingu (Rock in Rio e ISA)

Iniciativa da Rock World S.A., promotora do evento Rock in Rio, o FUNBIO foi escalado para o gerenciamento financeiro de recursos oriundos de uma cooperação inicial de R\$ 3 milhões para o plantio de 1 milhão de árvores nas cabeceiras do Rio Xingu no Mato Grosso. A ação encontrou no Instituto Sócio Ambiental e na Rede de Sementes do Xingu os parceiros ideais para alcançar a meta proposta, através de uma técnica de plantio conhecida como “muvuca” que garante a variedade de espécies em um mesmo território.

Além da doação inicial, que acontecerá paulatinamente à medida da necessidade do plantio, o Rock in Rio, através do Projeto Amazônia Live empenha-se a levantar recursos através de doações voluntárias em sites com modelos de “crowdfunding”, doações de bens para leilões, doações de seus patrocinadores, sempre no sentido de ampliar a quantidade de árvores a serem plantadas.

No primeiro ano do projeto foram recebidos no FUNBIO o montante de R\$ 693 mil e desembolsados R\$ 430 mil para assegurar a compra de sementes para o período de início do plantio.

12.23 Fundo Amapá

O Fundo Amapá foi desenhado pelo FUNBIO com apoio da Fundação Gordon e Betty Moore e CI-Brasil, e em estreita articulação com a equipe da Secretaria de Meio Ambiente do Amapá para destinar recursos para a manutenção das áreas protegidas de biodiversidade do estado. Lançado em 2015, tem aporte inicial de US\$ 2,5 milhões doados pela Global Conservation Fund (GCF), da Conservation International e contrapartida estadual de R\$ 1 milhão.

O mecanismo prevê a captação de recursos de fontes diversificadas como TACs, doações e pagamentos por serviços ambientais. O objetivo é dar agilidade à execução e flexibilidade para a alocação de recursos nas áreas protegidas, de forma que atenda às reais necessidades das Unidades de Conservação (UCs) do estado mais preservado do Brasil.

O FUNBIO assegura a contratação de gestora de ativos profissional para cumprimento da política de investimentos proposta pelo fundo. O primeiro aporte ocorreu no ano de 2016, no valor de R\$ 8,1 milhões.

12.24 Fundo Bahia e Espírito Santo – Atlantic Forest Protected Areas Fund (AFPA Fund)

O AFPA Fund, também conhecido como “Fundo Bahia” foi desenhado pelo FUNBIO com apoio da Fundação Gordon e Betty Moore e CI-Brasil, e em estreita articulação com a equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para destinar recursos para a garantir a viabilidade e sustentabilidade de 29 áreas protegidas de biodiversidade localizadas nos Estados da Bahia e do Espírito Santo. Lançado em 2016, tem aporte inicial de US\$ 2,1 milhões doados pelo Global Conservation Fund (GCF), da Conservation International.

O FUNBIO assegura a contratação de gestora de ativos profissional para cumprimento da política de investimentos proposta pelo fundo. O primeiro aporte ocorreu no ano de 2016, no valor de R\$ 6,9 milhões.

12.25 GEF Mangue – Conservação efetiva e Uso Sustentável de Ecossistemas Manguezais no Brasil

O FUNBIO foi contratado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD para a realização de compilação de estudos e experiências sobre os benefícios econômicos providos por manguezais para a sociedade local, regional e global. A necessidade de financiamento de unidades de conservação com manguezais e os instrumentos econômicos para apoiar a sustentabilidade financeira, visando a proposição e/ou afirmação sobre abordagens para a consolidação de mecanismos financeiros para a proteção e conservação deste ecossistema.

O projeto teve início em 2015, mas apenas em 2016 foram operacionalizados recursos para a consecução do mesmo. Em 2016 foram recebidos e executados os R\$ 444 mil relativos à proposta.

Os resultados obtidos com a iniciativa foram:

- Estudo do ambiente financeiro das UCs com manguezal (custos, fontes atuais, lacuna financeira e fontes potenciais);
- Sistematização de informações sobre benefícios econômicos de ecossistemas de manguezais para a sociedade;
- Mapeamento, classificação e priorização de fontes de recursos para as UCs com manguezal e sugestão de estratégia de financiamento;
- Proposição de uma estratégia de financiamento e um estudo de viabilidade para a configuração de um mecanismo financeiro (fundo) para a gestão dos recursos priorizados;
- Realização da oficina sobre instrumentos econômicos para a proteção de manguezais.

12.26 Inovação SVA – Desenho de um Mecanismo Financeiro de Dinamização da Cadeia Florestal

No âmbito do Projeto K, com doação de US\$ 20 mil para a primeira fase, e concorrendo a US\$ 200 mil em recursos para uma segunda fase, o FUNBIO desenvolverá um desenho de um mecanismo financeiro para promover um ambiente favorável ao desenvolvimento territorial baseado na cadeia florestal sustentável, aproveitando os potenciais locais, impulsionando a participação social e trazendo parceiros e recursos estratégicos para esse ambiente de transformação.

Os recursos relativos à 1ª. Fase do projeto foram recebidos e executados pelo FUNBIO equivalendo a R\$ 71 mil.

Os principais resultados alcançados foram:

- Consolidação e desdobramento da parceria com a Engie, construída a partir do survey de Supressão Vegetal Autorizada (SVA);
- Aprovação na primeira fase de seleção do Projeto K (componente de inovação de mecanismos financeiros);
- Desenvolvimento de estudos (socioeconômicos, financeiro, legal, estratégico) de viabilidade do mecanismo financeiro;
- Aprovação na segunda fase de seleção do Projeto K (componente de inovação de mecanismos financeiros);
- Definição de um piloto para base do desenho do mecanismo financeiro, a área de influência da hidrelétrica de Jirau, em Rondônia.

12.27 Mentoria FUNBIO - BioGuiné

Projeto financiado pelo Projeto K, no valor de US\$ 30 mil com o objetivo na capacitação da Fundação BioGuiné no desenvolvimento de mecanismos financeiros e em processos administrativos financeiros. O objetivo do FUNBIO é ser mentor da Fundação BioGuiné e não executor técnico do projeto.

Em 2016 os resultados já alcançados são relativos à Capacitação da equipe da Fundação BioGuiné e IBAP no FUNBIO em fontes de financiamento para conservação e mecanismos financeiros.

Dos R\$ 100 mil recebidos na conta do Projeto, R\$ 83 mil continuam no saldo ao final do exercício fiscal de 2016.

12.28 Mata Atlântica III

Projeto com recursos da ordem de EUR 7,9 milhões financiados pelo BMU (Ministério do Meio Ambiente da Alemanha) através do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) que tem como objetivos: contribuir para a conservação da biodiversidade e a restauração ecológica na Mata Atlântica, com ênfase nos mosaicos de unidades de conservação selecionados, contribuindo para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas neste bioma. Há previsão de contrapartidas ao projeto da ordem de EUR 6,4 milhões da Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) e EUR 4,0 milhões do Ministério do Meio Ambiente Brasileiro (MMA).

Em fins de 2016 foi realizado o primeiro aporte ao projeto no valor de R\$ 989 mil e os seguintes resultados foram alcançados:

- Plano de aquisições elaborado e aprovado pelo KfW;
- Início da execução do Projeto;
- Planejamento junto aos parceiros de ações a serem realizadas em 2017.

12.29 Assembleia RedLAC – Brasil 2016

Do dia 1º a 4 de novembro de 2016 ocorreu em Brasília-DF a XVIII Assembleia RedLAC reunindo aproximadamente 40 Fundos Ambientais da Rede Latino Americana e do Caribe de Fundos ambientais e de países da África membros do Consórcio de Fundos Africanos (CAFE). O FUNBIO foi o anfitrião e organizador deste evento que envolveu aproximadamente 350 pessoas em 5 dias da Assembleia e de eventos paralelos.

A iniciativa teve o patrocínio e apoio das seguintes instituições: Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Tropical Forest Conservation Act – TFCA, José Roberto Marinho, Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), Oak Foundation – Oak Philantropy Ltd. E através da Cooperação Técnica Não-Reembolsável assinada pelo FUNBIO com o BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento, no âmbito Planejamento e Fortalecimento do Gestor do Fundo de Transição para o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) para a Vida.

Até a data-base deste relatório, 31 de dezembro de 2016 foi angariado entre doações e concessões a quantia de R\$ 491 mil, e haviam sido aplicados ao evento um montante de R\$ 424 mil. O encerramento do balanço financeiro do evento acontecerá nos primeiros meses do ano subsequente.

12.30 Matriz PSA – Forest Trends

Projeto financiado pela Forest Trends com o objetivo, nessa etapa, de desenvolver um estudo técnico para o mapeamento das experiências de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e outros incentivos econômicos nos oceanos no Brasil (incluindo ambientes costeiros e marinho).

Os resultados alcançados em 2016 foram:

- Desenvolvimento de modelo de Matriz PSA dos Oceanos;
- Levantamento de informações primárias e alinhamento de conceitos e escopo com a Forest Trends;
- Início do processo seletivo para contratação de consultor.

Esta etapa do Projeto no valor de US\$ 20 mil foi alcançada, com os recursos recebidos - R\$ 67 mil - terem sido apropriados dentro do mesmo exercício fiscal de 2016.

12.31 Projeto Apoio ao BIOFUND - Moçambique

O Projeto, em parceria com a GITEC, tem como objetivo o apoio técnico do BIOFUND na definição e implementação de fluxos, elaboração e uso de ferramentas (manuais) para o financiamento das Áreas Protegidas de Moçambique.

As principais Metas do projeto são:

- Estruturar modelos financeiros, fluxos e manuais e validação com parceiros, tendo como produtos finais o Manual Operacional do Biofund (MOP) e seus anexos.

Os principais resultados alcançados em 2016:

- Estruturação de procedimentos e definição de fluxos para o Projeto Abelha, resultando na elaboração e aprovação da primeira versão do Manual Operacional do BIOFUND e seus anexos (Manual de Seleção e Manual de Desembolso);
- Apoio à realização do 1º treinamento em procedimentos do BIOFUND aos contadores das áreas de conservação de Moçambique.

Em 2016 o FUNBIO investiu todo o recurso recebido - R\$ 51 mil, na execução do projeto, e investiu na iniciativa a quantia relativa a R\$ 55 mil. O projeto deve ser concluído em meados de 2017.

12.32.1 Cop Cancun 13

De 4 a 17 de dezembro de 2016 aconteceu a Conferência das Partes (COP) da Conservação da Diversidade Biológica (CDB), em Cancun - México. O FUNBIO atuou como angariador das contribuições e organizador do Stand Brasil, espaço de representação do Brasil no evento.

Os apoiadores que contribuíram para esta iniciativa foram: Embaixada da República Federativa da Alemanha/GIZ, WWF-Brasil, O Boticário, Votorantin Industrial, e Conservation International do Brasil – CI.

Até a data-base deste relatório, 31 de dezembro de 2016, foi angariado entre doações e concessões a quantia de R\$ 160 mil, e haviam sido aplicados ao evento um montante de R\$ 116 mil. O encerramento do balanço financeiro do evento acontecerá nos primeiros meses do ano subsequente.

12.33 UC's do Acre

O Contrato de Parceria Técnico-Financeira CPT 00458-2015 foi encerrado com a apropriação dos últimos recursos – R\$ 10 mil, de uma contribuição financeira total de R\$ 25 mil– com a entrega dos estudos da demanda financeira e propostas para estratégia de financiamento das UC's estaduais do Acre.

12.34 Promar

Realizada a baixa da obrigação decorrente de saldo de projeto sem movimentação desde 06 de dezembro de 2000, quando ocorreu a primeira notificação de distrato pelo FUNBIO. Em resposta ao Ofício judicial expedido com pedido de informações ao FUNBIO sobre o processo no. 024.010.090.769 da Sétima Vara Civil de Vitória ES, respondido em 26 de junho de 2006 é informada a notificação de distrato supracitada e uma outra em 20/03/2001. O Fubio não é parte da ação judicial, apenas prestou informação sobre saldo de projeto já encerrado.

13. Agência GEF

A Agência GEF é uma área do FUNBIO que tem como objetivo mobilizar recursos diretamente do Global Environment Facility (GEF). Os fundos do GEF estão disponíveis para países em desenvolvimento e países com economias em transição para cumprir os objetivos das convenções e acordos ambientais internacionais.

O FUNBIO, que já executava projetos implementados por outras agências, tais como: Banco Mundial e FAO, é a primeira agência nacional acreditada pelo GEF.

A criação da Agência GEF no FUNBIO permitirá apoiar instituições interessadas, principalmente os Ministérios do Meio Ambiente e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, na elaboração e adequação de projetos a serem submetidos ao GEF.

Em 2016 o FUNBIO iniciou a execução de um “preparation grant”, recursos destinados à elaboração e planejamento do primeiro projeto aprovado para implementação pela Agência GEF, relacionado à proteção de espécies ameaçadas de extinção no Brasil.

Nos quadros abaixo estão segregados os recursos destinados a adiantamentos para uso do FUNBIO na preparação de propostas e custos administrativos da instituição, dos recursos que deverão ser diretamente alocados aos projetos aprovados.

Agência GEF - Funbio

Descrição	Entrada de recursos - Contribuição		Entrada de recursos - Rendimentos		Transferências		31/12/2016
	31/12/2015	preparação de	Contribuição	sobre aplicações	Despesas financeiras	Funbio	
GEF ESPÉCIE - (Preparation Grant)	-	88	-	-	-	(88)	-
GEF ESPÉCIE	-	-	1.583	87	(7)	-	16
Saldo	-	88	1.583	87	(7)	(88)	1.663

Saldos bancários

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
BB c/c 29149-8	-	-
BB c/aplicação 29149-8	1.663	-
Total saldo banco	1.663	-

Agência GEF

Descrição	Entrada de recursos - Contribuição		Adiantamento - preparação do projeto	Rendimentos sobre aplicações	Variação cambial	Despesas financeiras	Custos projetos	31/12/2016
	31/12/2015	preparação de						
GEF ESPÉCIE - (Preparation Grant)	-	866	(400)	16	98	(12)	(5)	563
GEF ESPÉCIE	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo	-	866	(400)	16	(98)	(7)	(5)	563

Saldos bancários

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
BB c/c 29150-1	1	-
BB c/aplicação 29150-1	472	-
BB NY c/c 76250011-7	7	-
BB NY c/aplicação 76250011-7	83	-
Total saldo banco	563	-

Até o fim do exercício de 2016, o FUNBIO havia apropriado R\$ 88 (equivalentes a US\$ 27) do “fee” previsto para o GEF-ID-9271 de 03/08/2016 relativo ao “preparation grant”, e recebido o valor total de R\$ 866 (equivalente a US\$ 300). Ainda neste contrato foi efetuado a liberação de um adiantamento no montante de R\$ 400 para a contratada IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza.

Adicionalmente, o FUNBIO recebeu no final de 2016 um adiantamento de “fee” para o contrato GEF-ID-9271 de 03/08/2016 relativo ao Projeto GEF Espécies, no valor de R\$ 1,6 milhões (US\$ 483 mil) que será apropriado à medida da consecução do andamento das atividades.

14. Fundo de recursos FUNBIO – FRF – Patrimônio líquido

O Fundo de Recursos do FUNBIO - FRF tem por objetivo complementar as necessidades de caixa da Entidade quando necessárias. A orientação estratégica do Conselho Deliberativo é no sentido de diminuir a dependência da Entidade sobre o FRF.

A busca pela sustentabilidade financeira da organização continua com o incremento do número de projetos e racionalização no emprego dos recursos gerados. O FRF é a garantia de continuidade das atividades do FUNBIO em momentos que exijam o investimento de recursos próprios.

Em 2016 por definição da administração e aprovação da Comissão de Finanças e Auditoria o montante de R\$ 1.000 foi aportado ao FRF.

A gestão dos ativos do FRF é administrada pela Pragma Gestão de Patrimônio e acompanhada pelo Comitê de Gestão de Ativos do FUNBIO.

	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	17.245	15.033
Destinação de superavit, decorrente de rendimentos financeiros (*)	2.340	1.502
Reembolsos de adiantamento a projetos	-	710
Destinação de superávit do exercício (**)	1.000	-
Saldo em 31 de dezembro	20.585	17.245

(*) Destinação de superavit do exercício na proporção dos rendimentos financeiros do ativo do FRF (líquido de provisão de imposto de renda e recursos de gestão do fundo), gerido pela “Pragma”.

(**) Destinação de superavit do exercício, aprovado pela Comissão de Finanças e Auditoria.

15. Reembolso de projetos

Nesta conta do grupo de receitas são registrados os recursos de projetos utilizados para o reembolso de despesas incorridas pelo FUNBIO como entidade executora da iniciativa. Em grande parte refere-se a custos de pessoal, locomoção e administrativo indispensável para a

realização dos trabalhos. Todo reembolso solicitado encontra-se amparado em orçamento do programa ou projeto e são acompanhados de documentação comprobatória dos gastos, passando a fazer parte das prestações de contas submetidas à aprovação dos doadores. Assim. A receita que aqui se apresenta constitui custos diretos dos projetos.

Projeto	2016	2015
FMA - Convênio SE A	3.743	1.530
Arpa 2ª Fase – KfW	1.102	1.512
Arpa 2ª Fase – GEF	1.705	1.123
Probio/Fundo de Oportunidades	877	1503
Votorantim Probio	18	293
Terra do Meio	-	149
GEF Cerrado	-	174
GEF Polinizadores	13	224
RedLac Capacitação	42	7
Novas Fontes Arpa	-	76
Novas Fontes Amapá	-	94
Fundo Païter Suruí	167	64
CFA	-	126
FIP	-	1
Resex Tapajós Arapiuns (ICCO-CEES)	-	113
FUNBIO Cidades – ICAL	-	158
GEF Nutrição – BIOVERSITY	131	61
GEF Mar	1.003	1383
TFCA	92	8
Carteira Fauna – Sísmica	-	34
Carteira Fauna – Sirênios	38	-
Capacitação Conjus	19	34
FUNJUS	74	-
Arpa 3ª fase - BID MSC	282	267
Arpa 3ª fase - BID SCI	1.609	1.312
Arpa 3ª fase - Fundo de Transição	880	986
Fundo Kayapó	106	34
Projeto K	312	11
Moore Sustentabilidade	725	429
Chevron - Pesquisa Marinha e Pesqueira	966	532
Chevron - Conservação da Toninha	108	245
Chevron - Projeto Educação Ambiental Fase 1	408	-
Chevron - Implantação Cras Fase 1	152	-
Chevron - Apoio Ucs Federais Cost e Est RJ Fase 1	497	-
Ecofunds	-	14
Arpa para Vida (Moore)	-	216
Ucs Estaduais Acre WWF	-	15
TAC Caçapava	52	-
Rock in Rio – RIR	89	-
Inovação SVA	68	-
R20	38	-
Matriz PSA	67	-
Fundação Bioguiné	11	-
GEF Mangue - PNUD	178	-
Promar	21	-
Total	15.593	12.728

16. Recuperação de custos

Nesta conta do grupo de receitas são registrados os valores transferidos pelos projetos a título de cobertura dos custos indiretos incorridos pelo FUNBIO na execução das suas atividades previstas no orçamento da iniciativa. A verba transferida ao FUNBIO com esta finalidade não se constitui remuneração por serviço prestado, mas uma cooperação a ser utilizada no objetivo comum previsto no orçamento projeto.

Projeto	2016	2015
TFCA	70	691
Carteira Fauna – Ararinha Azul	202	-
Carteira Fundo Fauna	2	-
GEF Polinizadores	-	91
Terra do meio	-	334
CFA	-	10
Capacitação Funjus/Conjus	-	22
Total	274	1.148

17. Serviços prestados

Nesta conta do grupo de receitas são lançadas as entradas relativas a serviços prestados – como consultoria – que envolvem a emissão de documento fiscal municipal e quando assim requisitado pelos parceiros da Entidade. Esta modalidade não descaracteriza a condição de OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público sem fins lucrativos.

Projeto	2016	2015
FVA – Fundação Vitória Amazônica	72	18
UC's BA e ES – CI Conservation International	-	105
GDF – SUEZ Energy Latin America Partic. Ltda.	40	-
Total	112	123

18. Resultado financeiro líquido

Projeto	2016	2015
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	81	108
Rendimento de aplicações financeiras	2.505	1.580
Total de receitas financeiras	2.586	1.688
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(97)	(2)
Despesas bancárias	(24)	(11)
Total de despesas financeiras	(121)	(13)
Resultado financeiro líquido	2.464	1.675

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota como prática provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Não havia contingências classificadas com risco provável de perda na data-base de 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Entidade possui a seguinte composição de ações cuja probabilidade de perda foi avaliada por seus advogados externos como possível:

	31/12/2016	31/12/2015
Natureza das ações:		
Cível (*)	1.000	-
Total	1.000	-

(*)O Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro é conhecido como Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), por meio de uma parceria firmada com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ). O FUNBIO administra os recursos do FMA/RJ provenientes da compensação sobre os impactos ambientais de empreendimentos produtivos, cujo pagamento é regulamentado pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e recursos oriundos de outras fontes.

O FMA/RJ é amparado pelo Termo de Convênio nº. 003/2009 celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, com a interveniência do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, visando a operação, manutenção e controle do mecanismo.

No âmbito do referido Convênio 003/2009, o Ministério Público do Estado do RJ instaurou Ação Civil Pública contra o Estado do Rio de Janeiro, o INEA e o FUNBIO na 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, no qual se questiona a validade do mecanismo jurídico da compensação ambiental em relação ao Parque Estadual da Costa do Sol (PECS). Os advogados contratados pelo FUNBIO, informaram que houve decisão favorável em 1ª Instância e desfavorável em 2ª Instância. Dessa forma, segundo esses mesmos advogados, a expectativa de perda dessa ação foi classificada como possível no montante de R\$ 1.milhão.

20. Ajustes exercícios anteriores

No balanço encerrado em 31/12/2016, foram evidenciados os valores de fatos com efeitos que pertenceram a exercícios anteriores, em decorrência de apropriação atemporal, exceções de lançamentos em duplicidade para ajuste de saldo de recurso de terceiros no passivo, totalizando um efeito líquido de R\$ 167, conforme demonstrado abaixo:

Projetos

Carteira Fundo Fauna	78
GEF Polinizadores	31
UC's Federais do Acre	10
GEF Mangue	5
Adoção de parques – MPX	(13)
Adoção de parques – OGX	(5)
ARPA 3ª Fase - BID SCI	61
	<u>167</u>

21. Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Bens do imobilizado	2.500
Responsabilidade Civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros – D&O	5.000

* * * *

Rosamaria Lemos de Sá
Rosa Maria Lemos de Sá
Secretária Geral

Aylton Coelho Neto
Aylton Coelho Neto
Superintendente de Planejamento e Gestão

Responsável Técnico

Danielle Soares dos Santos Seixas
Daniele Soares dos Santos Seixas
Contadora CRC-RJ - 095.266/0-0